



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA 22ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 10 DE OUTUBRO DE 2023

ATA Nº. 26 / 2023

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.2.1. ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DOZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO VINTE E TRÊS, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.2. ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZANOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO VINTE E QUATRO, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
 - 3.2.2.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.3. ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO VINTE E CINCO, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
 - 3.2.3.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. MOÇÃO RELATIVA AO ATAQUE TERRORISTA DO HAMAS CONTRA O ESTADO DE ISRAEL, NO PASSADO DIA 7 DE OUTUBRO, APRESENTADA PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO INOV, PS E PSD
 - 3.3.1. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO RELATIVA AO ATAQUE TERRORISTA DO

HAMAS CONTRA O ESTADO DE ISRAEL, NO PASSADO DIA 7 DE OUTUBRO,
APRESENTADA PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO INOV, PS E PSD

- 3.3.2. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.3.3. SR.^a DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.3.4. SR. DEPUTADO VÍTOR MARQUES (PSD)
- 3.3.5. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.3.6. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.3.7. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.3.8. VOTAÇÃO
- 3.3.8.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.4. MOÇÃO DE CENSURA A COMPORTAMENTOS DE AGRESSÕES, INJÚRIAS E CALÚNIAS A MEMBROS DA CLASSE POLÍTICA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA
- 3.4.1. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO DE CENSURA A COMPORTAMENTOS DE AGRESSÕES, INJÚRIAS E CALÚNIAS A MEMBROS DA CLASSE POLÍTICA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA
- 3.4.2. SR.^a DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.4.3. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.4.4. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.4.5. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
- 3.4.6. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.4.7. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.4.8. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.4.9. SR.^a DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.4.10. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.4.11. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.4.12. VOTAÇÃO
- 3.4.12.1. SR. DEPUTADO RUI MILLER (IN-OV) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.5. MOÇÃO - ASSEGURAR O DIREITO À HABITAÇÃO, TRAVAR O EMPOBRECIMENTO E A EXCLUSÃO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU
- 3.5.1. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO - ASSEGURAR O DIREITO À HABITAÇÃO, TRAVAR O EMPOBRECIMENTO E A EXCLUSÃO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU
- 3.5.2. SR.^a DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
- 3.5.3. SR.^a DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.5.4. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.5.5. SR.^a DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
- 3.5.6. SR.^a DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.5.7. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.5.8. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
- 3.5.9. SR.^a DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL) - DEFESA DA HONRA
- 3.5.10. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.5.11. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.5.12. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
- 3.5.13. VOTAÇÃO
- 3.6. VOTO DE CONGRATULAÇÃO A NARGES MOHAMMADI - PRÉMIO NOBEL DA PAZ 2023, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
- 3.6.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.6.2. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
- 3.6.3. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.6.4. SR.^a DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)

- 3.6.5. SR.^a DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
- 3.6.6. SR.^a DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.6.7. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.6.8. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.6.9. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.6.10. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
- 3.6.11. SR.^a DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.6.12. VOTO DE CONGRATULAÇÃO A NARGES MOHAMMADI - PRÉMIO NOBEL DA PAZ 2023, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITO PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO IN-OV, PSD, EO, IL E PAN – VERSÃO FINAL
- 3.6.13 VOTAÇÃO
- 3.7. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À REGULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE BILHETES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
 - 3.7.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
 - 3.7.2. SR.^a DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
 - 3.7.3. SR.^a DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
 - 3.7.4. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.7.5. SR.^a DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.7.6. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O
 - 3.7.7. SR.^a DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.7.8. VOTAÇÃO
 - 3.7.8.1. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD), DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.9. VOTO DE SAUDAÇÃO - DIA MUNDIAL DA SAÚDE MENTAL, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.9.1. VOTAÇÃO
- 3.10. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.11. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.12. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.13. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.14. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.15. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.16. SR.^a DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.17. SR.^a DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
- 3.18. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.19. SR.^a DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) FEZ
- 3.20. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 769/23 – DMEDSC/DACTPH/DTGE - RELATIVA AO RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE LICENÇAS POR INDUKTOR MUSIC, LDA, PROMOTOR DA DIGRESSÃO HENRIQUE E JULIANO TOUR 2023 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO
- 4.1.1. VOTAÇÃO
- 4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 771/23 - DMOTDU\DPERU\DRU - RELATIVA AO CENTRO HISTÓRICO DE OEIRAS - REIMPLEMENTAÇÃO DE ESPLANADAS NA RUA CÂNDIDO DOS REIS - REDUÇÃO DE TAXAS
- 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 799/23 - DMOGAH\DHM\DCH - RELATIVA À EMPREITADA 67/DPCHM/2022 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II - PORTO SALVO - APROVAÇÃO DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

4.3.1. VOTAÇÃO

4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 800/23 - DMOGAH\DHM\DCH - RELATIVA AO PROC. N.º 27/DCH/2023 - "PRR - REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA DO BAIRRO DO POMBAL - RUA TOMÉ DE BARROS QUEIRÓS N.º 1, 3, 5, 7, 9 E 50 DA AV. RIO DE JANEIRO, BAIRRO DO POMBAL, OEIRAS" - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

4.4.1. VOTAÇÃO

4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 801/23 - DMOGAH\DHM\DCH - RELATIVA AO PROC. N.º 11/DCH/2023 - REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA RUA ABEL FONTOURA DA COSTA, N.ºS 2 E 4, DO BAIRRO MOINHO DAS ROLAS, PORTO SALVO - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

4.5.1. VOTAÇÃO

4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 811/23 - DMOTDU\DPERU\DRU RELATIVA AO PROC.º 28/DRU/2021 - REFORMULAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DA LAJE - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

4.6.1. VOTAÇÃO

4.7. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 837/23 - DMAG\DFP\DP RELATIVA À ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA DA ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE LOTE DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO NA ESTRADA DE PAÇO DE ARCOS - APRECIADA

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

5.1. SR. ANTÓNIO VITORINO REGO, MUNÍCIPE DE OEIRAS

6. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: 2ª Reunião Extraordinária			
24-10-2023			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IR-OV	15		
PS	3		
PSD	2		
EO	3		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAH	1		
INOVAR ALGÉS	1		
INOVAR BARCARENA	1		
INOVAR CASIMILDA QUEILAS	1		
INOVAR OEIRAS PNEU BARCOS	1		
INOVAR OLIVEIRA	1		
INOVAR SILVE	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 22ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 10 DE OUTUBRO DE

-----ATA Nº. 26 / 2023-----

----- Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Vigésima Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Joaquim dos Reis Marques, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, Mónica

dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d' Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Joaquim dos Reis Marques, do Partido Socialista e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 769/23 – DMEDSC/DACTPH/DTGE - relativa ao reconhecimento de isenção do pagamento de licenças por Induktor Music, Lda, promotor da digressão Henrique e Juliano Tour 2023 – Ratificação de despacho;-----
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 771/23 - DMOTDUVPERUVDU - relativa ao Centro Histórico de Oeiras - Reimplementação de esplanadas na Rua Cândido dos Reis - Redução de Taxas; -- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 799/23 - DMOGAH\DHM\DCH - relativa à Empreitada 67/DPCHM/2022 - Requalificação do Espaço Público do Bairro dos Navegadores - Fase II - Porto Salvo - Aprovação de Reprogramação Financeira; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 800/23 - DMOGAH\DHM\DCH - relativa ao Proc. N.º 27/DCH/2023 - "PRR - Requalificação Arquitetónica do Bairro do Pombal - Rua Tomé de Barros Queirós n.º 1, 3, 5, 7, 9 e 50 da Av. Rio de Janeiro, Bairro do Pombal, Oeiras" - Reprogramação Financeira;-----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 801/23 - DMOGAH\DHM\DCH - relativa ao Proc. N.º 11/DCH/2023 - Requalificação dos Edifícios da Rua Abel Fontoura da Costa, n.ºs 2 e 4, do Bairro Moinho das Rolas, Porto Salvo - Reprogramação Financeira;-----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 811/23 - DMOTDU\DPERU\DRU relativa ao Proc.º 28/DRU/2021 - Reformulação do Campo de Futebol da Laje - Reprogramação financeira;
7. Apreciação da Proposta CMO N.º 837/23 - DMAG\DFP\DP relativa à Adjudicação definitiva da alienação em hasta pública de lote de terreno para construção na Estrada de Paço de Arcos. ---

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde. -----

----- Nós vamos dar início a esta nossa reunião.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS -----

3.2.1. Ata da Vigésima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a doze de setembro de dois mil e vinte e três – Ata número vinte e três, de dois mil e vinte e três -----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino

Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), um do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).

-----Os Senhores Deputados Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal, João Manuel d' Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal União Algés, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Os Senhores Deputados Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques, do Partido Socialista, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e João Rafael Marques Santos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.2.2. Ata da Vigésima Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dezanove de setembro de dois mil e vinte e três – Ata número vinte e quatro, de dois mil e vinte e três-----

3.2.2.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e dois votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal, João Manuel d' Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal União Algés, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro,

do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente, José Maria Godinho Montezo, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Joaquim dos Reis Marques, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.2.3. Ata da Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três – Ata número vinte e cinco, de dois mil e vinte e três -----

3.2.3.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal, João Manuel d' Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal União Algés, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu ainda o seguinte: -----

----- “Não temos atas em atraso.” -----

3.3. MOÇÃO RELATIVA AO ATAQUE TERRORISTA DO HAMAS CONTRA O ESTADO DE ISRAEL, NO PASSADO DIA 7 DE OUTUBRO, APRESENTADA PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO INOV, PS E PSD -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Moção mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na Sessão Extraordinária número vinte e

dois/dois mil e vinte e três, em dez de Outubro de dois mil e vinte e três, considerando que a violência é o único meio que em nada contribui para a resolução de qualquer conflito, condena veementemente o ataque terrorista levado a cabo pelo Hamas contra o Estado de Israel, no passado dia sete de Outubro, do qual resultaram a morte e o sequestro de várias centenas de civis inocentes.

-----Consciente de que o conflito entre Israel e a Palestina assume uma complexidade extrema, entende que a via do diálogo é a única que poderá conduzir à convivência harmoniosa entre todas as comunidades que habitam na região, independentemente da sua religião ou etnia. -

-----Assim, lembrando a capacidade de diálogo de Yitzak Rabin, Shimon Perez e Yasser Arafat, cuja memória aqui saudamos, apela, em primeiro lugar, à retoma do diálogo entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestiniana de modo a erradicar os movimentos terroristas e a implantar uma solução pacífica que permita a sã convivência entre os vários povos. -----

-----Apela, por isso, também, à comunidade internacional para que exija, empenhadamente, o cumprimento rigoroso de todas as Resoluções da Organização das Nações Unidas sobre o conflito, aprovadas por unanimidade.-----

-----Esta Moção deve ser comunicada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro, à Embaixada de Israel em Portugal, à Embaixada do Estado da Palestina em Portugal, à Embaixada de Portugal em Israel, à Embaixada de Portugal no Estado da Palestina, publicado no sítio da Assembleia Municipal e, em pelo menos, um jornal diário de expansão nacional. -----

-----Com a aprovação desta moção, deve ser guardado um minuto de silêncio por todas as vítimas inocentes deste conflito.” -----

3.3.1. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO RELATIVA AO ATAQUE TERRORISTA DO HAMAS CONTRA O ESTADO DE ISRAEL, NO PASSADO DIA 7 DE OUTUBRO, APRESENTADA PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO INOV, PS E PSD-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação a admissão desta Moção a discussão, a qual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).

----- Os Senhores Deputados Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal, João Manuel d' Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal União Algés, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 129/2023**-----

-----**ADMISSÃO DA MOÇÃO RELATIVA AO ATAQUE TERRORISTA DO HAMAS CONTRA O ESTADO DE ISRAEL, NO PASSADO DIA 7 DE OUTUBRO, APRESENTADA PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO INOV, PS E PSD**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, admiti-lo a discussão. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.3.2. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

-----“Todas as moções que visem direitos humanos e de não agressão, somos a favor, relativamente no apoio, independentemente do movimento político, e enquanto Chega.” -----

3.3.3. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) observou o seguinte:-----

-----“Não podemos de deixar de condenar os ataques terroristas do Hamas e expressar a nossa solidariedade para com as vítimas, vítimas de ambos os lados que têm direito à sua proteção e segurança. O Hamas não é a Palestina, nem os palestinianos. É urgente que a comunidade internacional se empenhe em pôr termo aos diferentes focos de guerra que persistem globalmente e que são um atentado aos direitos humanos. Nada justifica ver civis e crianças a serem atacadas. Qualquer regime que o faça, deve ser veementemente condenado. -----

-----Por isso, gostaríamos de nos associar a esta moção. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.3.4. O Senhor Deputado Vítor Marques (PSD) referiu o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, era só para fazer aqui um pedido de alteração. Em vez de “embaixada”, que seja refletido como “representação diplomática”, porque quer a Palestina, quer Portugal, não possuem embaixadas quer num lado, quer num outro. -----

----- Obrigado.” -----

3.3.5. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Este é o assunto mais delicado que poderia ter sido trazido a esta Assembleia Municipal hoje e nós queremos ser muito claros quanto a ele. Condenamos veemente e inequivocamente o ataque terrorista grotesco e desumano perpetrado pelo Hamas, que configurou nada menos do que uma chacina de civis inocentes israelitas e não só. Como Daniel Oliveira escreveu ontem no Expresso, “connosco, não contam para o comércio de cadáveres e para só condenarmos a violência de um dos lados”. Não contam. Condenamos inequivocamente a violência grotesca e desumana do ataque do Hamas, sem nenhum “mas” a seguir. -----

----- A sequência lógica disto é que, naturalmente, estamos a favor do voto de condenação aqui apresentado e é dessa maneira que o votaremos. O nosso sentido de voto está definido. Gostaríamos de tentar aperfeiçoar este voto, porque achamos que ele tem margem para isso e sugerimos, portanto, uma alteração na redação do primeiro parágrafo, onde se lê a “Assembleia Municipal de Oeiras” e por aí abaixo até “condena”, nós sugerimos que se acrescente “veemente e inequivocamente, o ataque terrorista levado a cabo pelo Hamas contra civis inocentes, no passado dia sete de outubro, bem como toda a violência perpetrada na região ao longo das últimas décadas contra civis inocentes, independentemente da sua nacionalidade, religião ou etnia, e lamenta os muito milhares de vítimas provocados por esta violência”. Esta é a proposta de alteração que temos, Senhora Presidente. -----

----- Muito obrigado.” -----

3.3.6. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apenas dois pontos. -----

-----Em primeiro lugar, pela parte do IN-OV, reconhecer que é com muito agrado que acedemos ao pedido da Senhora Deputada do PAN e referir que a embaixada de Portugal no Estado da Palestina (isto relativamente ao pedido de alteração que foi feito) tem escritório na Everest Building fifth floor, Omar Mukhtar Street, Ramallah. É isso que consta do documento da net.----

-----Quanto à proposta formulada pelo Senhor Deputado do EO, dizer apenas que esta proposta conjunta do IN-OV, do PS, do PSD e agora também assinada pelo PAN, diz respeito a este ataque concreto e não a todas as atrocidades humanas, que já existiram desde a pré-história.”

3.3.7. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Nós registamos a posição expressa agora pelo Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV), compreendemos que rejeitem a nossa proposta de alteração. Como digo, votaremos a favor na mesma, porque nós condenamos inequivocamente este ataque e esta atrocidade que o Hamas cometeu. Lamentamos, no entanto, porque achamos que esta era uma boa oportunidade para condenar toda a violência que existe na região e lamentamos que o IN-OV, o PS e o PSD não queiram aproveitar essa oportunidade. -----

-----Naturalmente que votaremos a favor na mesma, porque toda a violência contra civis inocentes é condenável. Achamos este ato totalmente condenável, reitero, gostaríamos que outros atos igualmente condenáveis fossem também condenados hoje nesta Assembleia Municipal. Achámos que este voto poderia ser uma boa oportunidade para o fazer, lamentamos que não concordem connosco. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.3.8. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 130/2023** -----

----- **MOÇÃO RELATIVA AO ATAQUE TERRORISTA DO HAMAS CONTRA O**

ESTADO DE ISRAEL, NO PASSADO DIA 7 DE OUTUBRO, APRESENTADA PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO INOV, PS E PSD E SUBSCRITA PELO PAN--

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Moção referida em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, condenar veementemente o ataque terrorista levado a cabo pelo Hamas contra o Estado de Israel, no passado dia sete de outubro, do qual resultaram a morte e o sequestro de várias centenas de civis inocentes, bem como apelar à comunidade internacional para que exija, empenhadamente, o cumprimento rigoroso de todas as Resoluções da Organização das Nações Unidas sobre o conflito, aprovadas por unanimidade.-----

-----Foi também deliberado comunicar esta Moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro, à Embaixada de Israel em Portugal, à Embaixada do Estado da Palestina em Portugal, à Embaixada de Portugal em Israel, à Embaixada de Portugal no Estado da Palestina, publicado no sítio da Assembleia Municipal e, em pelo menos, um jornal diário de expansão nacional, e, com a aprovação desta moção, guardar um minuto de silêncio por todas as vítimas inocentes deste conflito. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** perguntou o seguinte:-----

-----“Queria fazer uma Declaração de Voto, mas se é um voto de pesar, não sei se devemos fazer isso antes do minuto de silêncio ou depois.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Fazemos depois.” -----

----- **Foi feito um minuto de silêncio em memória das vítimas inocentes do conflito entre Israel e o Hamas** -----

3.3.8.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente este voto de condenação à violência grotesca do Hamas sobre civis inocentes porque, como explicámos, condenamos toda a violência contra civis inocentes e não apenas aquela que é perpetrada por um dos lados. -----

----- Pese embora o nosso voto favorável de acharmos que o voto é justo (e efetivamente é justo e é o momento certo para o apresentar), também achamos que peca por escasso face à magnitude do horror, do terror e da violência que grassa na região e que tudo indica continuará, infelizmente, nos próximos tempos. -----

----- Apresentaremos por isso na próxima Assembleia Municipal um voto de condenação a toda a violência que se vive na zona, incluindo à violência sistemática do Estado de Israel sobre o povo palestino, em condenação da ocupação violenta perpetrada por Israel, pelo fim dos colonatos na Cisjordânia e pelo fim do sistema de apartheid imposto por Israel aos palestinos. Tudo conceitos e atos que são ilegais à luz do direito internacional. -----

----- Os dois milhões de pessoas que residem na Faixa de Gaza estão agora, segundo anunciou o ministro da defesa israelita, debaixo de um cerco sem água, sem comida e sem eletricidade. O ministro em causa referiu-se a estes dois milhões de pessoas como “animais humanos” e o seu país está agora a bombardeá-los indiscriminadamente na Faixa de Gaza, tendo já matado centenas. Reiteramos que achamos a violência perpetrada pelo Hamas condenável. Também achamos esta violência sistemática, planeada e não menos grotesca perpetrada pelo Estado de Israel, condenável. Esperamos que esta Assembleia Municipal concorde connosco e não se limite a condenar a violência gratuita e grotesca apenas de um dos lados desta guerra horrível.

-----Como Dov Waxman, professor na Universidade da Califórnia dedicado aos estudos sobre Israel escreveu: “Se celebrarmos as mortes em massa de civis israelitas inocentes, perdemos a nossa humanidade. Se celebrarmos o extermínio de dois milhões de palestinianos em Gaza, também perdemos a nossa humanidade”. -----

-----Senhoras e Senhores Deputados, não percamos a nossa humanidade.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.4. MOÇÃO DE CENSURA A COMPORTAMENTOS DE AGRESSÕES, INJÚRIAS E CALÚNIAS A MEMBROS DA CLASSE POLÍTICA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Moção de Censura mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Quaisquer comportamentos da população, sejam discursos políticos, religiosos ou éticos, tornam-se perigosos quando há falta de equilíbrio social entre todos. Aqueles que procuram afirmar demasiadamente a "sua verdade", tornam-se incapazes de dialogar e, conseqüentemente, de aceitar que, muitas das vezes, o outro tem razão.-----

-----Vivemos por vezes num mundo sem reflexão ou ponderação. Independentemente da cor política, militância, movimento, convicção social, ideológica, meio social, cor, religião de cada um, onde teremos a nossa união tão somente no "sono eterno", numa sepultura ou num jazigo, onde não haverá barreiras partidárias e outras, pois a vida acaba, imputável ao comportamento ou mente de alguns na vigência da vida, imprudente como a de Maquiavel, para defender a tese de que "os fins justificam os meios". -----

-----Por estas razões e tantas outras, o Deputado do Partido CHEGA Francisco O'Neill, apresenta esta moção de censura, pelas agressões e calúnias sofridas pelos Deputados da Nação do partido CHEGA, no passado dia trinta de setembro, mas também, por todos os quadrantes políticos e movimentos que foram alvo efetivo de agressões similares na vigência de décadas, quer fossem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

injúrias, calúnias, devassas à vida privada, sem culpa formada e apenas e só por serem membros da política. -----

----- É aos Tribunais e às Forças de Segurança que compete a justiça, a sua aplicação e manutenção da paz, e não a cada um de nós cidadãos a seu belo prazer. -----

----- Consentir a justiça da multidão não dignifica o cidadão de bem, mas tão só, contribui ainda mais para o afastamento da Democracia e do ser racional que todos devemos ser perante uma sociedade com direitos, liberdades e garantias universais. -----

----- Assina o Deputado Municipal do CHEGA Doutor Francisco O'Neill Marques. -----

----- Ao ser aprovada esta moção de censura, que seja dado conhecimento através da publicação num Jornal do Concelho de Oeiras e a todos os grupos políticos da AR (Assembleia da República).”-----

3.4.1. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO DE CENSURA A COMPORTAMENTOS DE AGRESSÕES, INJÚRIAS E CALÚNIAS A MEMBROS DA CLASSE POLÍTICA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação a admissão desta Moção a discussão, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins

Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. ----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 131/2023**-----

-----**ADMISSÃO DA MOÇÃO DE CENSURA A COMPORTAMENTOS DE AGRESSÕES, INJÚRIAS E CALÚNIAS A MEMBROS DA CLASSE POLÍTICA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e um do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Político Municipal Inovar Porto Salvo, admiti-lo a discussão. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.4.2. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Senhora Presidente, depois de lida a moção de censura apresentada pelo Partido Chega, o PSD gostaria de propor algumas alterações ao texto, uma vez que consideramos que o conteúdo um “bocadinho” mais pesado, desvirtua a razão de ser desta proposta, nesta Casa. -----

----- Portanto perguntar, Senhora Presidente, se o Partido Chega estaria na disposição de alterar o texto. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “É uma pergunta que se pode fazer ao Partido Chega, se está na disposição de aceitar alterações à sua proposta.” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, depende daquilo que for apresentado.” -----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Então eu pedia ao Chega para alterar no segundo parágrafo, onde diz: “Vivemos, por vezes no mundo sem reflexão”, pedia a alteração deste parágrafo e sugeríamos que se colocasse “vivemos num mundo onde por vezes, a tolerância, a aceitação da opinião do outro dá espaço ao desrespeito e à incomplacência. Que na política, a arte do homem social, se respeite o outro na sua liberdade política, na sua militância, movimento...”, e depois continuaríamos o parágrafo até ao fim. -----

-----No terceiro parágrafo, substituir a partir de onde diz: “mas também, por todos os quadrantes políticos e movimentos”, portanto a partir daqui dizer “que se vejam cerceados na sua atuação política, em defesa dos interesses dos seus eleitores”. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.4.3. A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Pergunto se o Senhor Deputado do Partido Chega aceita estas alterações?”-----

3.4.4. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) respondeu o seguinte:-----

-----“Não aceito, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Como?”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) respondeu o seguinte:-----

-----“Não aceito, Senhora Presidente. Não vou mudar nada.”-----

3.4.5. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Julgo que esta moção..., nós tivemos aqui uma discussão sobre se deveríamos sequer aceitar que esta moção viesse à discussão, mas entendemos que por princípio, todas as moções devem ser discutidas, independentemente do seu conteúdo, e foi nesse sentido que aceitámos que a discussão aqui fosse feita. -----

-----Seja como for, julgo que é preciso perceber o que está por detrás de um texto como este. É evidente que todos condenamos atos que são..., aliás, acabámos de o fazer na moção que anteriormente aqui foi discutida e votada. Todos somos contra a violência seja contra quem for e, portanto, obviamente que também não podemos dizer que concordamos com atos de violência perpetrados contra designadamente os deputados do Chega que é, no fundo, aquilo que está aqui em questão. -----

-----O que me parece, é que a intenção que subjaz a uma moção deste tipo, é de retirar dividendos políticos de algo que é absolutamente consensual para todos e o nosso entendimento é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que não faz qualquer sentido que um partido, que uma organização política, venha pretender retirar para si próprio benefícios políticos, de uma situação que todos condenamos. E o que está aqui em causa é isso e só isso. Não está aqui em causa uma apreciação genérica sobre a violência, não está aqui em causa uma apreciação genérica sobre a motivação de uma manifestação onde estes atos ocorreram, não está aqui sequer em causa o direito que cada um tem de participar na manifestação em causa. Está sim, e isso para nós parece-me que é o mais importante e o mais relevante, o aproveitamento que alguns querem retirar, de uma forma absolutamente populista, quer da sua participação nessas manifestações, quer depois nos dividendos políticos que pretendem retirar dela. -----

----- E, portanto, reiterando a nossa manifestação de sermos frontalmente contra forças políticas intransigentes, de sermos frontalmente contra a violência perpetrada seja contra quem for, também somos frontalmente contra o aproveitamento político que algumas forças políticas pretendem ou forças partidárias pretendem retirar de situações, como aquelas que aqui aconteceram. -----

----- Portanto, a nossa posição não pode ser outra, enquanto grupo político, de votar contra esta moção. Como digo, não manifestando com isto nenhum apreço pela violência, mas manifestando um total desprezo por aqueles que se aproveitam dela para fins próprios. -----

----- Muito obrigado.”-----

3.4.6. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Nós realmente podemos andar aqui às voltas a tentar mexer neste texto, aceita a moção, não aceita a moção, mas eu muito sinceramente, nós o Grupo Político Evoluir Oeiras acha que esta moção do Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) efetivamente fazia sentido, mas talvez dentro dos órgãos do Chega, se eles entretanto já tiverem sido legalizados ou não. -----

----- Porque sobre violência contra políticos, eu acho que o Senhor Deputado Francisco

Marques (EO) podia mostrar, por exemplo, esta moção ao Senhor Deputado Bruno Nunes, do Chega, deputado na Assembleia da República que alegadamente, segundo notícias vindas a público na Sábado, agrediu outro deputado do Chega, seu colega de bancada. -----

-----Eu acho que esta moção sobre violência também podia ser apresentada dentro de um partido que cerca sedes de outras forças partidárias, acho que isso também é um “bocadinho” violento. E acho que também poderia ser apresentada no seio de um partido que é conhecido na Assembleia da República pela prática de bullying, insultos, racismo, misoginia, homofobia e de fazer isso abertamente, em particular com deputadas da Assembleia da República. -----

-----Portanto, eu acho que esta moção tinha todo o cabimento, mas era nos órgãos do seu partido. Antes de vir para esta Assembleia Municipal tentar fazer o tal aproveitamento político de que o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) falou e bem na intervenção anterior, podia transmitir esta vontade de combate à violência no seio do seu partido, antes de vir para aqui para a Assembleia Municipal posicionar-se como estando, alegadamente, contra a violência. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.4.7. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Ora bem, o PSD, tal como o CDS, que não está representado nesta câmara, recordam-se como todos os demais representantes presentes nesta câmara, com certeza o recordam, nos idos de setenta e cinco, o que estes dois partidos sofreram às mãos do PC (Partido Comunista).-----

-----Violência, posteriormente, o próprio cerco da Assembleia da República e, portanto, este conceito de violência que alguns partidos então e hoje, estão enfim, afastados dessa lógica, mas que na altura a tinham, faz com que nós entendamos a violência, este conceito de violência, como algo que não deve ser fomentado e bem pelo contrário, deve ser liminarmente rejeitado pelas forças políticas.-----

-----A questão é que, por vezes, e a teoria da vitimização assim o explica há muito tempo..., importa, de facto, estas soluções a fim de aí, como hoje já foi dito, retirar alguns dividendos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

políticos. Isso naturalmente não justifica a violência, como não justifica outras atuações que este partido que agora, no fundo, vem procurar encontrar o nosso apoio nesta matéria, venha também a desenvolver dentro da sua estratégia política. Eu não critico estratégias políticas, mas, naturalmente tenho de criticar aquilo que se pretende em termos de dividendos dessas estratégias políticas. Aqui, objetivamente, de facto, o Partido Chega quer impor (e está no seu direito, naturalmente) ao não alterar o texto desta moção e pretende, no fundo, ainda que perdendo, ganhando alguma coisa junto desta câmara. -----

----- Entendemos que esta moção de censura é injustificada, e mais do que isso, revela algum farisaísmo na sua apresentação e formulação, porque naturalmente, os deputados do Chega que vão a uma manifestação radical da extrema-esquerda numa matéria da habitação, em que o próprio Chega tem uma perceção diferente em relação ao mesmo, o que é que se pretendia e o que é que se alcançava? Este é que é o resultado e, no fundo, é isso que estamos aqui a apreciar. Não é tanto o conceito de violência, mas é a oportunidade natural desta moção, no momento em que é apresentada.”-----

3.4.8. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O nosso comentário sobre esta moção é bastante simples. Não foi o Chega que inaugurou a utilização da hipocrisia, da demagogia, da falta de seriedade, da irresponsabilidade como forma de estar na política, mas o Chega utiliza estes instrumentos todos os dias. -----

----- Também não foi o Chega que inaugurou a provocação, com o objetivo de se vitimizar como forma de estar na política. Contudo, o Chega utiliza este instrumento todos os dias e foi isso que o fez na manifestação que ocorreu. -----

----- Não se pode, todos os dias, violentar a democracia e a classe política e no dia seguinte vir clamar justiça. Não terão nunca o nosso voto. -----

----- Muito obrigado.”-----

3.4.9. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte: -----

-----“Sobre a moção de censura aqui apresentada pelo Partido Chega, nós temos a dizer ao Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH) que finalmente reconheceu hoje, uns meses depois, que o cerco feito pelo Chega à sede nacional do Partido Socialista transformou a nossa sede num alvo, cito: “efetivo de agressões”. Infelizmente, o Senhor Deputado não se lembrou destes princípios e destas afirmações em maio deste ano, quando votou contra a nossa censura ao vosso ato.” -----

3.4.10. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte -----

-----“Senhora Presidente. -----

-----“Hoje ficou aqui provado que o Chega é o único partido que realmente governa para o povo. E porquê? Eu vou explicar. Duas moções muito similares, em que nós aprovámos a primeira, porque pensamos primeiro no interesse do povo, do que no nosso próprio interesse. Duas moções que visam direitos humanos e de não agressão, quer na vertente política, quer na vertente humanitária. Uma subscrita pelo Chega, sozinho, e outra subscrita pelo PS, PSD e IN-OV. Uma que menciona que a violência é o único meio que em nada contribui para a resolução de qualquer conflito (que todos concordamos certamente, ou não) e outras que condenam atos de agressão e de violência, e que cabendo aos tribunais e às forças de segurança, a justiça e a paz. -----

-----Portanto, o que existe aqui nesta Assembleia é manipulação política, e eu compreendo, porque existe aqui muita disciplina de voto das forças de oposição, género “carneiros”, quando um diz para votar assim, têm que ir atrás e vice-versa. -----

-----Mas, contudo, eu quero aqui dizer o seguinte: é que fica hoje aqui provado em ata, que nós votamos pelo povo e não pelo partido e votámos uma moção muito similar à nossa e não fizemos distinção. Portanto, é lamentável e só prova a falta de inteligência política e emocional, de muita gente aqui dentro.” -----

3.4.11. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Apenas uma breve palavra, Senhora Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É impressionante como existe gente que tem um umbigo com diâmetro maior do que o diâmetro da Terra. Quando alguém consegue comparar esta moção, que diz respeito suponho que seja ao facto de uns deputados do Chega terem tentado criar um facto político, que aqui já foi mais ou menos referido, querer comparar este facto com um ato terrorista e com a violência que está a acontecer no Estado de Israel e na Faixa de Gaza, é de uma petulância que, de facto, não tem limite, nem descrição. Há, de facto, umbigos que ultrapassam o diâmetro da Terra.-----

----- Disse, Senhora Presidente.”-----

3.4.12. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi rejeitada por maioria, com trinta votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’ Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar

Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com dois votos a favor, sendo um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Rui Pedro Gersão Lapa Miller) e um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), e com três abstenções do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques). - -----

-----Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 132/2023**-----

-----**MOÇÃO DE CENSURA A COMPORTAMENTOS DE AGRESSÕES, INJÚRIAS E CALÚNIAS A MEMBROS DA CLASSE POLÍTICA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado por maioria, com trinta votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos a favor, sendo um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e um do Partido Chega, e com três abstenções do Partido Social Democrata. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.4.12.1. O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Senhora Presidente, peço que me autorize fazer a Declaração de Voto aqui na Mesa, uma vez que o Regimento é claro nesse aspeto. Dá-me autorização?-----

----- O meu voto a favor desta moção, foi relacionado com o que se passou aqui há uns anos nesta Casa. Eu próprio fui vítima de uma situação idêntica, que está aqui relatada nesta proposta. Portanto, em consciência, eu não poderia votar contra. Por isso mesmo, eu aqui deixo expresso o meu voto e a minha Declaração.”-----

3.5. MOÇÃO - ASSEGURAR O DIREITO À HABITAÇÃO, TRAVAR O EMPOBRECIMENTO E A EXCLUSÃO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU-----

----- A Senhora Presidente da A.M. leu a Moção mencionada em título, que a seguir se transcreve:-----

----- “A Habitação constitui um direito consagrado na Constituição, no seu artigo sexagésimo quinto, em moldes muito claros no que respeita às responsabilidades e aos âmbitos em que deve materializar. Destaca-se a centralidade do Estado na definição de políticas de habitação que, não só promovam a construção de um parque habitacional adequado, em articulação com as autarquias e apoiando iniciativas das comunidades locais e do setor cooperativo, mas também garantam a compatibilização entre o rendimento familiar e o acesso a habitação.-----

----- Perante os gravíssimos problemas que setores cada vez mais alargados da população enfrentam em conseguir e manter uma casa em condições dignas e acessíveis, perante o galopar do custo de vida, das rendas e dos preços de compra de habitação própria, exige-se uma resposta decisiva do Estado perante uma dupla emergência social: a do empobrecimento acentuado de quem vive do seu trabalho, por via da inflação e do aumento brutal das taxas de esforço associadas ao pagamento de rendas, e a da exclusão socio-territorial, com cada vez mais assimetrias na capacidade de viver na proximidade do seu trabalho e do seu espaço de vida social.-----

-----Resultado de anos e anos de desresponsabilização do Estado neste domínio e da liberalização total do que se passou genericamente a designar de 'mercado da habitação' — esquecendo a natureza central que a habitação tem como necessidade básica e pilar social da sociedade —, assiste-se hoje a uma dependência de dinâmicas especulativas geradas, por um lado, a partir de distorções e de expectativas de mais-valias milionárias de fundos internacionais e de outros agentes do setor imobiliário, e por outro, pelas inaceitáveis margens de lucro do setor bancário e financeiro. O drama da habitação da esmagadora maioria é o motor que alimenta o aumento de lucros e a transferência de capitais para muito poucos. A dinâmica do acesso à habitação é, hoje, espelho da injustiça estrutural que se vive, não só em Portugal, mas num mundo dominado por grandes interesses económicos. -----

-----Neste quadro, e porque Oeiras é um território onde as questões da habitação ocupam, desde há muito, um lugar central na vida do Município e nas lutas das suas populações, a Assembleia Municipal de Oeiras, delibera: -----

-----Saudar as iniciativas populares em defesa do Direito à Habitação, muito particularmente as que se têm promovido na Área Metropolitana de Lisboa, onde as dificuldades se têm agudizado de forma mais expressiva; -----

-----Reclamar do Governo a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital; -----

-----Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa que, por aplicação automática dos critérios em vigor, será de cerca de sete por cento para o próximo ano, bem como o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos; -----

-----Reclamar do Governo medidas que, para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação estrutural e a longo prazo do sector, protegendo-o das dinâmicas claramente especulativas que se têm registado desde há vários anos;-----

----- Pugnar por uma política de habitação que, no plano nacional, no plano da Área Metropolitana de Lisboa e ao nível do Município de Oeiras, garanta o acesso à habitação, a custos acessíveis e compatíveis com os rendimentos dos seus munícipes, e que promova a coesão e integração socio territorial e a redução das assimetrias no seu território.” -----

3.5.1. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO - ASSEGURAR O DIREITO À HABITAÇÃO, TRAVAR O EMPOBRECIMENTO E A EXCLUSÃO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação a admissão desta Moção a discussão, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás

Perestrela de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. ----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 133/2023**-----

-----**ADMISSÃO DA MOÇÃO - ASSEGURAR O DIREITO À HABITAÇÃO, TRAVAR O EMPOBRECIMENTO E A EXCLUSÃO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, admiti-lo a discussão. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.5.2. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada senhora Presidente. -----

----- É óbvio que, do ponto de vista prático, ideológico e político, há uma discordância profunda entre aquilo que a Iniciativa Liberal defende como soluções para a habitação e aquilo que está aqui apresentado nesta moção, que a CDU submeteu a esta Assembleia Municipal. -----

----- É óbvio que somos também estruturalmente contra alguns destes tópicos desta moção, e em sede de Assembleia da República tivemos oportunidade de apresentar um conjunto de medidas relativas à habitação, que vão exatamente no sentido contrário, nomeadamente no que diz respeito à questão da fixação de rendas, que é algo que somos contra, considerando que fica posto o ónus do lado do senhorio, nomeadamente em situações de carência, em que essa situação devia obviamente ser acautelada pelo Estado. -----

----- E eu também não posso deixar de apontar aqui relativamente a esta moção que há, de facto, uma preocupação que acho que é transversal a todos os partidos quanto ao tema da habitação. A grande maioria dos que aqui têm assento tiveram a possibilidade, através dos seus representantes na Assembleia da República, de apresentar propostas nesse sentido, mas, no entanto, quando chegam situações concretas, em que os partidos podiam efetivamente ajudar como, por exemplo, questões relacionadas com as isenções de impostos a que os partidos estão sujeitos, nomeadamente relativamente a IMI das sedes que ocupam e situações do género, ou sobre os festivais que organizam e em que têm lucro, mas que também ficam completamente isentos de impostos, podíamos sim, ser nós a dar esse exemplo. E é de estranhar que sempre que essas propostas chegam à Assembleia da República, a CDU vota contra os partidos passarem a assumir essas responsabilidades, responsabilidades que todas as pessoas, todos os cidadãos têm de cumprir e, portanto, é óbvio que face ao que está exposto nesta moção, a Iniciativa Liberal irá votar contra.”

3.5.3. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Nós compreendemos a oportunidade que o PCP encontra, no momento em que em todo o país há imensas manifestações para trazer este assunto à Assembleia Municipal, mas queríamos lembrar que o Partido Socialista fez a Lei de Bases da Habitação, fez a Estratégia Nacional para a Habitação, fez acordos com mais ou menos duzentos municípios, incluindo Oeiras, para termos estratégias locais de habitação. Fez o Primeiro Direito, fez o Programa Mais Habitação, que já está promulgado e ainda fez um acordo com a União Europeia para alocar verbas do PRR à questão da habitação. Portanto, o PS faz, a CDU reclama.-----

-----Muito obrigada.”-----

3.5.4. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Há uma convicção muito grande que eu tenho: se o Doutor Isaltino fosse primeiro-ministro, ou ministro da habitação (e poderá um dia ser, nunca saberemos), este problema não existia, porque Oeiras..., e há aqui uma certa contradição, a CDU vai desculpar, mas quem conhece Loures, quem conhece o Seixal, quem conhece o Barreiro, quem conhece Vila Franca de Xira, não é? Há um tempo, estive com um deputado municipal em Loures, que em Loures a CDU deixou um legado (os senhores deputados vão-me desculpar, que eu agora não me recordo do nome técnico), é uma coisa que é abaixo da AUGI, quer dizer que nem é possível o reordenamento do território. Era uma encosta enorme, ele dizia: “isto tem que ir tudo abaixo”.-----

-----E isto, o que ainda é mais curioso, é que o Doutor Isaltino Morais informou o primeiro-ministro, em Oeiras, da estratégia, eu estive presente. Por acaso, a Deputada Mariana Leitão (IL) que nunca está presente em lado algum, nunca se vê, é uma espécie de fantasma, só está na Assembleia da República..., a gente inaugura um parque, a Mariana não está, a gente inaugura o primeiro projeto de habitação, onde é que está a Mariana? Havia aquilo “onde é que está o Wally?”. Em Oeiras, a gente tem sempre “onde é que está a Mariana?”. E depois, a Mariana ainda tem outra coisa, é ativa e fala no seu partido, mas depois o Rodrigo, que é enfim, o chefe, Rodrigo Saraiva,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

assim que a Iniciativa Liberal teve o primeiro dinheiro do Estado para investir, o Rodrigo entregou à empresa da mulher, para fazer a comunicação da Iniciativa Liberal. São os tais exemplos que a Iniciativa Liberal... Eu, às vezes estou ali a pensar, será que a Mariana acha que eu venho aqui só para tomar o lanche que nos dão ali? Será que ela paga o lanche? Será que a Mariana também paga a Internet e não se liga aqui? É este o moralismo da Iniciativa Liberal. -----

----- Mas voltando à questão da habitação. O Doutor Isaltino Morais, com a experiência que tem Oeiras, disse claramente o que é que é preciso fazer. E agora, vou falar a linguagem da Iniciativa Liberal. Caros deputados da CDU, o mercado não se regula por decreto. Se estas medidas fossem implementadas, vocês pioravam a situação da habitação. Não se pode decretar o preço das rendas. O Governo pode e deve influenciar através das leis do mercado e quais são? É muito simples, o Doutor Isaltino já o disse: aumentar a oferta. Qualquer aluno do primeiro ano de economia que estuda o Samuelson aprende isto. Há uma relação entre a oferta e a procura, quando a procura aumenta e a oferta é menor, o preço sobe. Logo, para se equilibrar, tem que haver um aumento da oferta e neste caso, o Doutor Isaltino Morais falou claro, tem que haver mais casas disponíveis e tem que ser o Estado... e valha-se agora, o primeiro-ministro e a ministra da habitação já estão a falar com as câmaras, porque quando lançaram o pacote de habitação, nem com as câmaras falaram. E já perceberam que tem que ser através das câmaras que este problema.... É que este problema é sentido, diariamente, por muitos portugueses, este problema é profundo na sociedade portuguesa. A casa, o lar é o início da nossa dignidade social, e nós sabemos isto em Oeiras melhor que ninguém, porque acabámos com as barracas todas. E o Doutor Isaltino disse “pegue-se nos terrenos que são de Reserva Agrícola Nacional e faça-se habitação”. Faça-se, atenção, habitação pública. Mas claro, os evoluídos do Evoluir Oeiras, querem salvar os girassóis e os caracóis e é preciso que isso aqui seja denunciado. O Senhor Deputado David (EO): “Jamais, jamais, já viram? Atão vão... Nem pensar, a agricultura é muito importante para Oeiras. A agricultura é fundamental”. -----

-----Mas depois os oeirenses, e ele vem-se queixar, para alugarem aqui uma casa, têm que pagar mil euros. Olhem, a minha filha já me disse “oh pai, eu só consigo...”, (e atenção, é uma mestrada) “só consigo comprar casa no Barreiro”. Deve ter sido porque a CDU governou lá muitos anos e devido às políticas de habitação que ela tem. Portanto, isto foi dito ao primeiro-ministro, foi dito dentro do Partido Social Democrata na presença do antigo presidente da república, na presença de Carlos Moedas, esta estratégia foi clarificada, foi dita e, felizmente, esperemos que venha a ser adotada. -----

-----Portanto, tem que haver um aumento da oferta de habitação, sobretudo ao nível camarário, destinada à classe média, não é, se é que existe classe média em Portugal, que isso é um conceito, enfim... -----

-----Portanto, é uma moção cheia de boas vontades e há bocado falou-se em aproveitamento político. Não há nada de mal em aproveitamento político, a gente está aqui para ter aproveitamento político, grave seria se tivéssemos aproveitamento económico, isso é que seria grave. Portanto, a CDU está na onda do aproveitamento político, das manifestações, das reivindicações. Agora, a receita é que não dá resultado. Nós não queremos que Oeiras se transforme numa Loures e muito menos que haja uma intervenção estatal no mercado, que não funciona. -- -----

-----Muito obrigado.” -----

3.5.5. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente. Eu gostava de começar por me dirigir, quanto à intervenção do Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), que para já, misturou um enormíssimo conjunto de assuntos numa só intervenção, um enormíssimo conjunto de considerações sobre pessoas e partidos aqui representados nesta Assembleia Municipal, e eu acho que há uma coisa que deve ser essencial, que é haver algum respeito entre as pessoas que aqui estão, e haver respeito relativamente a pessoas que, inclusivamente, aqui não estão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E, portanto, a primeira coisa que eu gostava de pedir, era que (e se a senhora Presidente fizer o favor de diligenciar isso) fossem apresentadas provas pelo Senhor João Viegas (IN-OV) à Mesa, daquilo que ele acabou de dizer que foi feito no seio da Iniciativa Liberal, por pessoas da Iniciativa Liberal. Porque andar a fazer acusações sem as provar é grave, mas se essas acusações forem feitas, porque está na posse de provas, elas devem ser encaminhadas para o Ministério Público, como é óbvio. E é nesse sentido que eu gostava de pedir que se a Senhora Presidente tiver acesso a essas provas, fazer o favor de as diligenciar para serem entregues no sítio próprio, que é junto do Ministério Público, para que possa ser feita uma investigação. Esta sem dúvida é a situação mais grave que foi referida pelo Senhor Deputado João Viegas (IN-OV). -----

----- Quanto à Mariana estar ou não estar em inaugurações, eu acho que, para já, o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) deve-se dirigir aos seus colegas aqui sentados de uma forma um “bocadinho” mais respeitosa, mas é uma mera opinião. Quanto ao meu paradeiro em questões de inauguração, eu terei todo o prazer de poder entregar à Mesa, para que possa partilhar com os senhores deputados, onde é que eu me encontro e a fazer o quê nas inaugurações que são marcadas pelo Executivo camarário, e que eu com muita pena, não consigo comparecer, porque nem sempre consigo largar as minhas obrigações profissionais, para estar presente em cerimónias de inauguração, que sem dúvida têm a sua importância, são um marco muito importante para o Executivo, mas a que eu infelizmente, não consigo comparecer. -----

----- Muito obrigada.” -----

3.5.6. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Só duas pequenas notas para dizer que nesta proposta apresentada pela CDU, diz-se no terceiro parágrafo que estes problemas resultam de anos e anos de desresponsabilização do Estado neste domínio. -----

----- Eu se bem me recordo, a CDU fez parte de uma geringonça e, portanto, teria sido muito

útil que a CDU, em altura própria e com acesso à governação deste país, tivesse implementado algumas destas medidas, que se distanciam do PSD, se estivesse realmente preocupada com este assunto. E, portanto, de facto, esta situação, na boca da CDU, estranhámos um “bocadinho”. -----

-----Depois, também dizer que fala-se aqui várias vezes do mercado e dos preços exagerados das rendas, mas é um “bocadinho” “faz o que eu digo não faças o que eu faço”, porque ainda há bem pouco tempo veio a público a situação da CDU, que vendeu a sua sede em Aveiro, para construir um prédio de sete andares, com venda de apartamentos a quase meio milhão de euros. -----

-----Portanto, lá está Senhora Presidente, isto é muito bom sermos moralistas e apregoarmos realmente aquilo que nós defendemos, mas efetivamente temos que fazer mais, temos que ir um “bocadinho” mais longe e temos que trabalhar naquilo que, de facto, são as ideias que devemos defender e mais que tudo, pôr em prática. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.5.7. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Finalmente, saiu do armário, a Senhora Deputada. É que no dia Vinte e Cinco de Abril, não sei onde é que terá estado, se era seu dia de anos, que é o dia mais importante desta Assembleia, a Senhora Deputada nem se dignou... É que a Iniciativa Liberal não é a Mariana Leitão, aliás, é curioso, estive cá um colega seu, uma vez, de nome Romeu Monteiro, uma vez que eu visse, admito que tenha estado, e que meteu os pés pelas mãos, da mesma maneira que a Senhora Deputada. Veio falar de ineficiências e deficiências de transportes públicos e comboios, responsabilidades governamentais. Veio falar aqui de competências das assembleias de freguesias (coisa usual de Vossa Excelência), que vem falar de alhos e bugalhos, vem falar no sítio errado. Portanto, a Senhora Deputada se não pode ir, delega em alguém. Eu já vi deputados, eu compreendo que é só uma deputada, mas há mais pessoas da Iniciativa Liberal que eu saiba, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

podem representar e, portanto, não vai porque não quer, porque a Senhora Deputada não participa. A Senhora Deputada nem ao jantar de Natal foi, mas isso é, se calhar, porque era pago, se calhar porque era pago. -----

----- Agora eu vou esclarecer uma coisa, já estaria no Ministério Público, a Senhora Deputada não me conhece, se aquilo que eu disse fosse crime, assim como eu espero que a Senhora Deputada já tenha posto no Ministério Público a questão dos bilhetes e entradas no Nos Alive, é que estamos a falar da mesma coisa. Então vou-lhe ler o que é que diz o Expresso, que eu acho que.... salvo erro é o Expresso, posso estar enganado, mas depois digo. “Rodrigo Saraiva, atual líder parlamentar da Iniciativa Liberal contratou Mónica Coelho (com quem vive amancebado, enfim, casado, não sei), através de uma empresa que terá sido criada para este efeito. Em causa está a empresa Proposta Emergente Unipessoal Limitada. Vou repetir: Proposta Emergente Unipessoal Limitada e, apesar de não ser detentor do capital, Rodrigo Saraiva declarou à Assembleia da República ter interesse nesta sociedade. A Proposta Emergente Unipessoal Limitada foi fundada assim que o Partido Iniciativa Liberal teve financiamento público, a partir de seis de janeiro de dois mil e vinte e tem prestado serviços ao partido desde essa data até dois mil e vinte e dois, altura em que foi liquidada. A empresa foi criada para prestar serviços de consultoria, de assessoria, de comunicação, relações públicas e gestão de formação. Este pelouro de imagem e comunicação foi dado a familiar, à responsabilidade, Mónica Coelho, na vice-presidência da comissão executiva (na altura) de João Cotrim de Figueiredo, para o mandato dois mil e dezanove/dois mil e vinte e um”. Ou seja, o que está em causa aqui não é um crime. O dinheiro que é dado à Iniciativa Liberal é usado como muito bem a Iniciativa Liberal entende e os militantes da Iniciativa Liberal é que deveriam chamar a atenção do Cotrim Figueiredo, ou do Rodrigo Saraiva: “Eh pá, isso fica um bocado mal tu dares aí o negócio à tua mulher, vê lá se...” Era ele... Isto não é ilegal, agora é totalmente imoral e mais, o que é grave é que a Senhora Deputada nos vem aqui atirar duas entradas para o Oeiras Alive, e depois o seu partido faz destas

coisas. É que não pode ser, Senhora Deputada, não se pode ter dois... Vossa Excelência é como São Tomás (não é o Deputado Tomás (EO)), “faz o que ele diz e não o que ele faz”. E tenho aqui mais baterias e reservas para chamar a atenção, mas não pode ser tudo uma vez, Senhora Deputada, vamos sendo graduais. Bem-haja. -----

-----Em relação..., olhe, só para terminar, a Senhora Deputada se não está habituada à lide política, vá-se habituando, porque o seu partido já me pôs a mim no Twitter, coisa que eu agradeço, falem de mim ainda que seja bem, a distorcer o que eu digo (mas isso faz parte) e a dizer coisas que eu não disse. Isso sim, é que é imoral, isso sim, é que é falta de ética. Agora o que eu tenho a dizer à Senhora Deputada e à sua ideologia, o que eu tenho a dizer, di-lo-ei sempre, quer a Senhora goste, quer não goste. É da vida, chama-se Democracia.”-----

3.5.8. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Boa tarde a todos. Queria aproveitar esta oportunidade para agradecer a riqueza do debate em torno desta nossa moção e dar uma nota de que, de facto, assegurar o direito à habitação é um caminho que não é fácil e leva muito tempo, não é estalar os dedos e está resolvido.-----

-----A nossa intenção ao apresentar esta moção é que há variáveis a curto prazo que o Estado pode assumir para ajudar esta dinâmica positiva, para confluir no resultado final de assegurar habitação, particularmente aos jovens, àqueles que acabam os cursos universitários e querem arranjar uma casa para constituir família, e são muitas vezes obrigados ao recurso extremo de emigrar. -----

-----Estou a referir-me concretamente ao spread, aos onze milhões de euros que a banca tem de lucros diários, em que o Estado e particularmente o Governo, pode através do instrumento que é a Caixa Geral de Depósitos, levar a convergir para um valor muito mais convergente entre as operações passivas e as operações ativas. De facto, a remuneração dos nossos capitais, alguns devem ter depósitos a prazo, não chega para pagar as comissões que a própria banca faz. Se, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

facto, um jovem vai procurar um financiamento para comprar casa, está sujeito a taxas de juro extremamente desfocadas da realidade nacional, da economia nacional, dos ordenados, das oportunidades de emprego. -----

----- A nossa proposta era um pouco para chamar a atenção do Estado, mais do que do Município, de que de facto, a Casa da Democracia em Oeiras, que é a Assembleia Municipal está preocupada com esta matéria e dar um impulso mínimo que fosse, para convergir para esta preocupação. É evidente que podemos falar de situações sobre o comportamento deste ou daquele município, desta ou daquela atitude, mas é evidente que nós enquanto eleitos na Assembleia Municipal de Oeiras, não é de agora, é desde oitenta e seis, sempre pugnámos e estamos pela positiva na resolução das situações concretas de Oeiras. E não damos para esse peditório de nos entretermos a passar aqui o tempo, porque custa cada vez mais estar aqui quatro ou cinco horas sentado. Vocês não têm culpa, mas eu tenho que me aguentar. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Mariana Leitão (IL), a Senhora já terminou o seu tempo, mas em Defesa da Honra, faça favor.”-----

3.5.9. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) fez a seguinte intervenção, em Defesa da Honra:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Não quis estar a interferir com a intervenção do Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU). Agradeço-lhe. -----

----- Gostava só de deixar uma nota relativamente àquilo que foi dito pelo Senhor Deputado João Viegas (IN-OV). Folgo em saber que a única preocupação que ele tem, é em relação aos eventos sociais de confraternização a que eu falto e em relação a pagamento de serviços a pessoas que trabalham para o Partido, e que são esses então os únicos temas que ele tem para atacar a

Iniciativa Liberal. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.5.10. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu tinha-me inscrito há relativamente pouco tempo, não sabia se a Mesa se tinha apercebido do facto. Eu compreendo a má consciência da CDU, relativamente ao problema da habitação. Compreendo sim. Por incompetência ou por opção política, confesso que não sei, o poder autárquico da CDU caracteriza-se por ter um historial, digamos, pouco honroso, alegando que a responsabilidade da solução do problema era do Governo central e não das autarquias, teve sempre uma política que se baseava a escusar-se a tentar resolver este problema. -----

-----O estranho, é que quando integrou a geringonça, não deixou também, de facto, qualquer trabalho que se notasse nesta área. Finalmente referir apenas o silêncio, eu diria que um silêncio quase ensurdecedor, sobre o papel que a Câmara de Oeiras tem desempenhado, tem desenvolvido há várias décadas para a solução deste problema, silêncio que é de facto marcante nesta moção da CDU. Há silêncios, Senhores Deputados da CDU que são, de facto, caracterizados por um ruído quase estridente. -----

-----Esta Câmara e esta Assembleia, não têm apenas a preocupação do problema da habitação. Não se preocupam apenas, estão a resolvê-lo paulatinamente, pouco a pouco, mas vão-no resolvendo - contrariamente ao que acontece em todos os concelhos, em todos os municípios que a CDU, de facto, tem gerido -, confesso, sim, que nesta Assembleia, sempre com o apoio da CDU também, é um facto que deve ser referido. Estranho é que numa moção destas, a relevância dos atos desta Assembleia e desta Câmara Municipal, não tenha sido referida com a devida nota.”

3.5.11. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Bom, eu muito sinceramente, tenho muita pena de não acompanhar a CDU nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

moção, mas de facto, tenho que reconhecer, que ela é uma confusão muito grande, quer dizer, mistura tudo. Os lucros dos bancos, as censuras aos governos, autocensura também, porque, como aqui já foi dito, a CDU e o Bloco de Esquerda descobriram o problema da habitação agora, há poucos dias e, portanto, até fazem manifestações a favor da habitação, a que se juntam os ambientalistas fundamentalistas que falam na habitação, mas ao mesmo tempo, dizem que não se pode construir habitação. Falta habitação pública, mas só se pode fazer onde eles querem, isto é onde não se pode construir. Quer dizer, na realidade, há aqui uma contradição nos termos extraordinária e, portanto, é verdade que Portugal teve dois períodos com preocupações sérias de habitação.- -----

----- Aqui em Oeiras, desde oitenta e cinco, basta ler os discursos do Presidente da Câmara, nas mais diversas circunstâncias, para se aperceberem que o problema da habitação é uma prioridade desde oitenta e cinco e essa é a razão porque somos dos municípios que têm maior taxa de habitação pública do país. Há meia dúzia de municípios, há Lisboa, Porto, Oeiras, Cascais e pouco mais. Ora bem... e o resto não é significativo. A verdade é que tivemos então duas fases e na intermitência, Oeiras mesmo sem haver políticas de habitação governamental, manteve sempre o Programa de Habitação Jovem. Neste momento, são quatro prédios que estão em construção, que ficarão prontos dentro de meio ano provavelmente, e outros irão arrancar. E naturalmente que houve o período do PER, que foi realmente o momento alto da resolução de problemas de habitação, no tempo do professor Cavaco Silva, o Plano Especial de Realojamento, que se traduziu realmente na erradicação de uma situação indigna também, muito indigna na época, obviamente, que foi a de erradicação das barracas.-----

----- Hoje, o conceito de habitação indigna transporta-nos para situações que nos tempos atuais, são encaradas de uma forma que, naturalmente, são intoleráveis. Quer dizer, não é tolerável numa democracia como a nossa, com o nível de desenvolvimento que temos, haver situações de habitação que são absolutamente degradantes e, portanto, o Governo, este Governo e nesse aspeto,

como eu vivo no país real e tenho os pés assentes no chão, não vou aqui discutir a política de habitação ou o pacote de habitação do atual Governo. Tenho que louvar aquilo que está a ser bem feito e indiscutivelmente, no que diz respeito à construção de habitação pública e eu reafirmo aqui talvez pela enésima vez, não sei quantas vezes já aqui o disse, só há uma forma de resolver o problema da habitação em Portugal, é construir habitação pública. Habitação pública para resolver os problemas das famílias mais frágeis e, portanto, através da chamada renda apoiada, que no nosso caso corresponde a rendas entre os oito e os trezentos e oitenta euros mensais, em função do rendimento do agregado familiar e independentemente da tipologia.-----

-----E, naturalmente que entrando agora também em programas de renda acessível, que oscilarão entre os duzentos e oitenta e os setecentos e oitenta euros. E temos a política de habitação jovem, que oscila entre os duzentos e os seiscentos euros. Portanto, a oferta de habitação pública é fundamental para a resolução dos problemas das famílias mais carenciadas, mais vulneráveis. Renda acessível para a classe média baixa. -----

-----Mas atenção, quando se fala em regular a habitação e é o mal desta moção da CDU, é que vêm sempre... é os lucros dos bancos, é isto, é aquilo, etc. O problema não são os lucros dos bancos, o problema são as pessoas, as pessoas que em concreto precisam de casa e na realidade, o problema de oferta e da procura é determinante que seja alterado e, portanto, para além de habitação de renda apoiada, renda acessível, é possível também que promotores privados (há lugar para a iniciativa privada) possam colocar no mercado casas para venda ou para arrendamento a preços acessíveis. O que é que eu quero dizer com isto? Sensivelmente, a metade do preço do que se vendem aí no mercado atual. Ora como? Se porventura, o Estado ou as autarquias locais para este segmento disponibilizarem terrenos a preços adequados, que permitam em função do preço do terreno, fixar o preço da construção, fixar o preço final da construção e aí determinar o preço de venda ou o preço de renda. Isto pelo setor privado. Para isso, é necessário que os terrenos sejam colocados a um determinado preço aos promotores imobiliários, porque é óbvio que os terrenos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

atuais, os chamados terrenos urbanos, estão a preços.... Reparem, o normal em qualquer país é que o terreno nunca ultrapasse vinte por cento do valor final da casa. Em Portugal, nos terrenos urbanos, já está o terreno praticamente igual ao preço da construção. Há terrenos a mil e quinhentos, aqui em Oeiras, nos centros históricos, a mil e quatrocentos, mil e quinhentos euros o metro quadrado potencial de construção, e a construção faz-se, boa construção, a mil e quatrocentos euros. O que quer dizer que está tudo invertido. O preço do terreno já é superior ao preço da construção. Tudo isto está errado e está errado porquê? Também repito: a lei trinta e um, de dois mil e catorze, a lei dos solos de dois mil e catorze é que foi determinante para este descalabro de preços e, portanto, é necessário alterar essa lei. -----

----- Mas esses que andam para aí, seja a CDU, o Bloco de Esquerda a clamar por habitação, não estão de acordo que nos centros urbanos, em áreas metropolitanas como Lisboa, Porto e o litoral, se desafete Reserva Agrícola Nacional para construir habitação. Bom, e as alterações climáticas? E a biodiversidade? Tudo isso pode ser resolvido com o estabelecimento de soluções que sejam mitigadoras do clima, ou plantação de mais árvores, onde podem ser plantadas, ou a agricultura biológica, onde ela pode ser desenvolvida, terras que estão abandonadas por esse país fora. Não são só casas que estão abandonadas, este país tem terras abandonadas, muitas terras abandonadas, que podem ser florestadas. Há sistemas de compensação que podem, naturalmente, estabelecer um equilíbrio, não havendo qualquer incompatibilidade entre a construção de nova habitação e a salvaguarda das condições mitigadoras do clima. -----

----- Ora bem, mas a verdade é que perdem-se com moções muito ideológicas, há aqui uma dimensão ideológica muito grande. Eu estaria de acordo por exemplo, se esta moção, tudo bem criticasse o Governo por qualquer situação, mas o pior sítio para apresentar uma moção destas é aqui, nesta Assembleia, por uma razão. Repararem, nós ainda há pouco tempo, nas últimas eleições, eu prometia... dizia que precisava de fazer duas mil casas. E as coisas até estão a correr muito melhor do que eu imaginava, porque vejam bem, setecentas casas já estão comprometidas

pelo IHRU, para renda acessível. Seiscentas e setenta ou seiscentas e oitenta para renda apoiada pela Câmara Municipal. E vão mil e trezentas.-----

-----Ora bem, passei a manhã de hoje no gabinete da Senhora Ministra da Habitação, justamente para discutir os programas de habitação de Oeiras. Trouxe de lá mais seiscentas casas. Portanto, quer dizer, já estamos com mil e novecentas, só faltam cem para as duas mil. Ora bem, é claro que há problemas burocráticos, há os procedimentos para os projetos, há as empreitadas...”

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“É preciso trabalhar.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“... há coisas que é preciso acelerar, porque tem que se investir os recursos do PRR, mas o que importa é que, neste momento, nós já temos negociadas com o Estado aproximadamente mil e novecentas casas, o que significa que Oeiras está a trabalhar bem, e nesta matéria de habitação pública, construção de habitação pública, eu tenho de dizer que o Governo também está a trabalhar bem. -----

-----De maneira que se for apresentada uma moção aqui, que vá de encontro às nossas políticas de habitação, porque nós não nos ficamos no discurso e nas manifestações, nós estamos no país real, no município real. Construimos, é preciso construir casas e as casas não são construídas nas orelhas do Presidente, as casas são construídas em terreno concreto. De maneira que se algum partido político quer ajudar o Município de Oeiras, a resolver com mais estabilidade ainda, o problema da habitação e ajudar o Governo também, porque o Governo também precisa de ajuda, porque ele sente-se refém da extrema-esquerda, porque a extrema-esquerda com a história das alterações climáticas, não permite ou dificulta a alteração da lei dos solos.-----

-----Portanto, quem quiser que se faça habitação pública, tem que dizer nesta Assembleia Municipal que está disponível para dizer que a habitação pública faz-se em terreno, não há habitação pública sem terreno e esse terreno tem que ser disponibilizado, portanto, se não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

concorda... Reparem, nós temos esta situação curiosa, estamos a fazer habitação pública e estamos a fazer em terrenos urbanos, mas o Bloco de Esquerda na Câmara vota sempre contra. Votou contra os projetos todos. Nuns porque diz que passa lá isto, noutros que passa aquilo, noutros diz que em tempos era da Reserva Ecológica Fundamental, quando nós estamos a cumprir o Plano Diretor Municipal. Nós só fazemos onde o Plano Diretor Municipal nos deixa. Nós não estamos a fazer construção na Reserva Agrícola, de maneira nenhuma, mas queremos fazer, mas quando fizermos já não é Reserva Agrícola. Nós queremos é que a lei permita que se desafete Reserva Agrícola para fazer habitação pública e que haja outras compensações.-----

----- Ora bem, esta é a realidade do nosso Município. Portanto, esta moção, na realidade situa-se no campo da abstração, responsabiliza tudo e todos pela ausência de habitação, mas, ao mesmo tempo não responsabiliza ninguém. Não passa de uma mera censura, neste caso, à Administração Central ou ao Governo, mas não apresenta uma única solução. Não apresenta. Se apresentasse uma solução, eu seria o primeiro, naturalmente, a manifestar aqui a minha adesão a essa moção. O que eu lhes devo dizer é isto: na realidade as coisas em Oeiras estão a correr bem, a partir de junho, começamos a entregar casas, portanto começam a ficar prédios prontos e, a partir dali, espero que as coisas corram bem. Obviamente pode haver providências cautelares pelo meio, isso pode fazer parar a obra, pode nem arrancar. Uma empreitada, hoje, como sabem, há muitos empreiteiros que gostam de ganhar as obras na secretaria, não estão interessados em fazer a obra, mas também não estão interessados em que outros façam e, portanto, quer dizer hoje estamos sujeitos a toda esta burocracia. De maneira que temos de ser resistentes, temos que resistir a isto tudo e procurar fazer o melhor que podemos e sabemos. -----

----- Portanto, acho que esta moção foi muito oportuna a sua apresentação agora, porque me permitiu transmitir a esta Assembleia que temos mais seiscentas casas apalavradas com o Governo e, portanto, quer dizer que estamos quase nas duas mil. São mil e novecentas, e que bem falta fazem aos oeirenses. -----

-----Muito obrigado.”-----

3.5.12. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) disse o seguinte:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Só notar à Câmara que nós fizemos hoje e aqui nesta Assembleia uma recomendação muito concreta através desta proposta, que era uma recomendação ao Governo que faça uma redução das taxas ativas das concessões dos empréstimos, em relação à situação vigente, à situação atual. Portanto, era um caminho que, no imediato, podia ajudar a esperar por aquela construção de habitação pública que Oeiras está a fazer com rendas controladas. Porque até essas duas mil casas estarem afetadas às respetivas famílias, vai aqui um intervalo temporal grande porque o caminho que tem que se ir fazendo e, no imediato na concessão da obtenção de qualquer empréstimo, qualquer jovem, qualquer família é confrontada com uma taxa ativa muito significativa.-----

-----Pronto, pode não ter passado esta mensagem, mas explicitarei há bocado na primeira intervenção, esta preocupação que está nesta recomendação. É evidente que a situação da habitação é como a Câmara reconhece, não é uma situação fácil, é uma situação que é preciso congrega a vontade do Governo (que está a ser conseguida, felizmente, segundo o Presidente da Câmara acaba de dizer), mas, de facto, estamos confrontados no concreto com taxas ativas de financiamento extremamente impeditivas da aquisição de casa para habitação e estamos a assistir hoje, no país real que o Presidente falou, à entrega de casas à banca por incapacidade das famílias poderem suportar a carga da amortização do financiamento.-----

-----Portanto, parece que falámos uma linguagem clara, mas provavelmente não conseguimos transmitir bem a nossa intenção, mas repeti-me agora nesta segunda intervenção. --

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.5.13. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi rejeitada por maioria, com vinte e sete votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com seis votos a favor, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com uma abstenção do Partido Social Democrata (Vitor Eduardo Coutinho Pires Marques).-----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 134/2023**-----

-----**MOÇÃO - ASSEGURAR O DIREITO À HABITAÇÃO, TRAVAR O EMPOBRECIMENTO E A EXCLUSÃO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado por maioria, com vinte e sete votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Partido Social Democrata, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com seis votos a favor, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com uma abstenção do Partido Social Democrata.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

3.6. VOTO DE CONGRATULAÇÃO A NARGES MOHAMMADI - PRÉMIO NOBEL DA PAZ 2023, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Congratulação mencionado em título, que a seguir se transcreve:-----

-----“A Assembleia Municipal de Oeiras, hoje reunida em Sessão Extraordinária, apresenta um voto de congratulação pela atribuição do Prémio Nobel da Paz, à ativista iraniana Narges Mohammadi.-----

-----O Comité do Nobel frisa que a ativista luta “pelo direito de viver de forma digna” e que “esta luta no Irão teve como consequências perseguições, detenções, tortura e até a morte”. -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Academia Sueca considera que, este prémio, é o reconhecimento da luta corajosa e nobre das mulheres iranianas e da sua líder incontestável Narges Mohammadi, desafiando a opressão e pondo em risco a própria vida.-----

----- Expressa ainda o desejo de que este prémio seja um incentivo e inspire as mulheres em todo o mundo a lutar e a defender a sua liberdade e os seus direitos.-----

----- Mulheres, Vida, Liberdade!”-----

3.6.1. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) observou o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Apenas para pedir que nos associemos a este voto e no caso de ser votado e aprovado por unanimidade, que essa votação fosse feita por aclamação.” -----

3.6.2. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) referiu o seguinte:-----

----- “Queria apenas referir um facto que me parece que é importante e que não põe em causa (antes pelo contrário) o teor que esta moção tem. -----

----- Duas questões. A primeira tem a ver com o facto desta mulher estar presa neste momento e está presa por muitos anos. Que se saiba, foi condenada a uma pena pesada, exatamente pelas questões que são referidas neste texto. Acho que não faria mal, à semelhança daquilo que tem acontecido em tantos outros espaços, pedir a libertação desta senhora, desta mulher, em nome dos princípios que aqui nos levam a dar apoio esta moção. -----

----- A segunda nota tem a ver com o facto de esta moção dever ser comunicada, para além dos espaços onde habitualmente se publica, à embaixada do país de origem. Ou seja, o Embaixador do Irão deve conhecer esta posição que aqui se expressa. -----

----- Muito obrigado.”-----

3.6.3. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) referiu exatamente aquilo que nós pretendíamos também sugerir à proponente que era, de facto, a entrega desta moção,

caso venha a ser aprovada, naturalmente, como se espera, à Embaixada do Irão, porque senão a sua eficácia fica reduzida. Não é que seja menor, mas fica reduzida a quatro paredes, e a ideia, naturalmente, é que ela que seja publicitada.”-----

3.6.4. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, para solicitar ao Senhor Deputado António Moita (IN-OV) que nos diga qual é que é a proposta que quer inserir, qual é que é o texto que quer inserir, para podermos verificar se estamos todos de acordo ou não.”-----

3.6.5. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) observou o seguinte:-----

-----“É muito rápido, Senhora Presidente.-----

-----Queria só subscrever a moção apresentada pelo Partido Socialista, o voto de congratulação neste caso, do Partido Socialista, solidarizar-me também e se aceitarem, subscrever de igual forma.-----

-----Obrigada.”-----

3.6.6. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, era também para nos associarmos a este voto de congratulação.

-----Obrigada.”-----

3.6.7. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) observou o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----É para o mesmo efeito. Também gostaríamos de nos associar a este voto.-----

-----Muito obrigado.”-----

3.6.8. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, o PSD não se recorda se pediu para se associar a esta proposta ou não, mas se o não fez, fá-lo, naturalmente agora, como é evidente.-----

-----Obrigado.”-----

3.6.9. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Portanto, penso que quase todos os partidos representados nesta Assembleia, se associam a este voto.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

3.6.10. Senhor Deputado António Moita (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, achei que devia mostrar antes ao proponente, não fosse não concordar. Assim, “Em nome dos valores da liberdade e da dignidade e humana, solicitamos à República Islâmica do Irão, a libertação imediata e sem condições de Narges Mohammadi.” É isto. Se quiser que eu leia de novo... Isso ficaria no terceiro parágrafo. Não, no quarto parágrafo, antes do último “expressa ainda o desejo...”. Está bem?”-----

3.6.11. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: --

----- “Senhora Presidente. Então nós concordamos, o Partido Socialista concorda com a proposta de alteração e de acrescento ao texto, melhora consideravelmente o texto e, portanto, queremos também saudar esta participação e dizer que, naturalmente, ficamos agradados com o facto do IN-OV, do PAN, da Iniciativa Liberal, da Coligação Evoluir Oeiras e do Partido Social Democrata terem subscrito também. -----

----- Aproveitaria para acrescentar que, para além de remetermos este texto para a Embaixada que foi referida há pouco pelo Deputado António Moita (IN-OV), que também seria de acrescentar que este voto deve ser publicado num jornal de dimensão nacional. -----

----- Muito obrigado.”-----

3.6.12. VOTO DE CONGRATULAÇÃO A NARGES MOHAMMADI - PRÉMIO NOBEL DA PAZ 2023, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITO PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO IN-OV, PSD, EO, IL E PAN – VERSÃO FINAL-----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras, hoje reunida em Sessão Extraordinária, apresenta

um voto de congratulação pela atribuição do Prémio Nobel da Paz, à ativista iraniana Narges Mohammadi.-----

-----O Comité do Nobel frisa que a ativista luta “pelo direito de viver de forma digna” e que “esta luta no Irão teve como consequências perseguições, detenções, tortura e até a morte”. -

-----A Academia Sueca considera que, este prémio, é o reconhecimento da luta corajosa e nobre das mulheres iranianas e da sua líder incontestável Narges Mohammadi, desafiando a opressão e pondo em risco a própria vida. -----

-----Em nome dos valores, liberdade e dignidade humana, solicitamos à República Islâmica do Irão, a libertação imediata e sem condições de Narges Mohammadi. -----

-----Expressa ainda o desejo de que este prémio seja um incentivo e inspire as mulheres em todo o mundo a lutar e a defender a sua liberdade e os seus direitos. -----

-----Mulheres, Vida, Liberdade! -----

-----O presente Voto de Congratulação deve ser enviado à embaixada do Irão, em Portugal e publicado num jornal de dimensão nacional.”-----

3.6.13. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Congratulação, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes e aclamação, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- O Senhor Deputado Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, que a seguir se transcreve: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 135/2023** -----

----- **VOTO DE CONGRATULAÇÃO A NARGES MOHAMMADI - PRÉMIO NOBEL DA PAZ 2023, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITO PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO IN-OV, PSD, EO, IL E PAN** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes e aclamação, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista,

dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um voto de congratulação pela atribuição do Prémio Nobel da Paz, à ativista iraniana Narges Mohammadi, bem como enviar este voto de congratulação à embaixada do Irão, em Portugal e publicar o mesmo num jornal de dimensão nacional.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

3.7. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À REGULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE BILHETES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve:-----

-----“A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa (artigo segundo da Constituição da República Portuguesa (CRP)).-----

-----Incumbe ao Estado garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático; bem como, defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais (alínea b e c do artigo nono da CRP).-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais que são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas (artigo duzentos e trinta e cinco da CRP).-----

----- As democracias comportam uma vasta complexidade na sua organização, designadamente no que concerne à regulação das atividades económicas e às interações entre a esfera pública e privada. -----

----- Aos municípios compete elaborar regulamentos e / ou normativos que permitam clarificar junto da população os atos praticados pelos órgãos autárquicos, sublinhando desta forma a transparência necessária para que o crédito das cidadãs e dos cidadãos na democracia, único garante da liberdade de todas e todos, seja mantido.-----

----- É neste desiderato que aos eleitos cabe propor medidas que garantam a defesa da democracia, a transparência dos atos e a proximidade das eleitas e dos eleitos para com todos os eleitores. -- -----

----- Assim, o Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere recomendar ao município, através do Senhor Presidente, que desencadeie os mecanismos que considere necessários e adequados para: -----

----- Um. Estabelecer um quadro regulamentar e / ou normativo, baseado em mecanismos transparentes e enquadrados na legislação em vigor, em especial pelo regulamento geral de proteção de dados, para regular a atribuição/cedência de bilhetes, a custo zero pelo município para eventos recreativos culturais e desportivos, festivais e similares, a qualquer indivíduo, empresas municipais e associadas, organizações políticas juvenis ou de qualquer outro cariz. -----

----- Dois. Apreciar e votar essa regulamentação nesta Assembleia Municipal. -----

----- Desta deliberação deve ser dado conhecimento aos líderes dos grupos políticos da Assembleia da República, deve ser publicitada no site da Assembleia Municipal e deve ser remetida para os órgãos de comunicação social, nacional e local.” -----

3.7.1. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Ao tentar analisar esta proposta de recomendação apresentada pelo PS, não é possível escamotear que tem por base um problema concreto, surgido recentemente com um ex-dirigente da JS concelhia e que tem sido objeto de algumas notícias e de alguns comentários na comunicação social. -----

-----Tanto quanto foi possível apurar dessas informações, esse ex-dirigente da JS terá aproveitado o facto de ter recebido alguns bilhetes para um festival realizado no Concelho de Oeiras e aproveitando este facto, terá utilizado indevidamente alguns dos dados biográficos conseguidos através dessa aquisição, para ter feito inscrições contra a vontade dos próprios, inscrições na própria JS ou no PS. -----

-----Confesso que não sei se este facto corresponde ou não à realidade, conforme foi descrito na comunicação social, mas não deixo de associar o surgimento desta proposta de recomendação a essas notícias surgidas recentemente.-----

-----Ora, sem pretender de modo algum imiscuir-me nos problemas internos do PS (seria a última coisa que me lembraria de fazer), não podemos deixar de contextualizar o aparecimento desta proposta de recomendação e só por isso fiz estes comentários, que antecedem aquilo que é mais relevante no que eu quero dizer. Entendemos que o assunto não merece, não tem dignidade suficiente para justificar um regulamento interno. Estamos aliás convencidos que a burocracia resultante de um excesso de regulamentação, acaba por ser contraproducente, dificultando o dia a dia de qualquer instituição. Há imensos tratados sobre os efeitos perniciosos do excesso burocrático resultante do excesso de regulamentação, portanto, nem sequer vou atentar mais sobre isso. -----

-----No entanto, não vemos qualquer inconveniente e de alguma forma, propomos também ao Senhor Presidente que caso entenda que esta questão justifique (eu entendo que não justifica,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mas caso entenda que justifique) um regulamento interno, que não vejo inconveniente nisso e que logo que possível providencie e responda, portanto, positivamente a esta proposta de recomendação.” -----

3.7.2. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Gostaria de começar por saudar o Partido Socialista por apresentar esta proposta de recomendação e aproveitando, dizer também que obviamente há necessidade de existir - já que existe esta prerrogativa do Município de ter bilhetes em troca de determinados apoios que dá a determinados promotores e que é dito por um lado, que são entregues numas determinadas circunstâncias a instituições, noutras a funcionários da Câmara, noutras a deputados conforme a situação -, acho que é essencial, até à luz dos últimos acontecimentos que se souberam, envolvendo um dirigente da Juventude Socialista, acho fundamental que exista este quadro regulamentar, que explicita concretamente as regras e os princípios que estão subjacentes a esta entrega de bilhetes, para que todos saibam quais são as regras, o que é que está instituído, em que casos, que exceções é que existem e porquê. -----

----- Portanto, que se proceda ao estabelecimento destas regras, por via de um regulamento.

----- Muito obrigada.” -----

3.7.3. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Efetivamente julgo que o PS não está bem informado deste assunto. Isto porque os bilhetes já são por sorteio e é um ato público para quem quiser assistir. Eu gostava de saber se, a transparência dos atos ainda é mais do que isto? Houve um sorteio para os funcionários e só por sorteio é que calhou a alguns. Isto foi um ato público. Querem mais público do que isto? Tenho dito.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhor Vice-Presidente faça

o favor.” --- -----

3.7.4. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Pedi ao Senhor Presidente da Câmara para me deixar ser eu a falar, já que sou eu que tenho autoridade para falar sobre esta matéria em função dos agravos que sucessivamente nesta Assembleia Municipal ocorreram no mandato anterior. -----

-----Eu li um artigo há algum tempo (convenhamos que estava há algum tempo também à espera para poder falar sobre ele) na revista “Veja”. Eu gosto muito da comunicação social brasileira e há um artigo muito interessante na revista “Veja”, que aconselho a todos, com o título “o hipócrita nasceu no palco”. O pior cego é sempre aquele que não quer ver. -----

-----Ora esta moção tem um problema de base. A moção visa resolver um problema interno do Partido Socialista de Oeiras e da Juventude Socialista de Oeiras. -----

-----Senhora Presidente, não se pode pedir à Assembleia Municipal de Oeiras para vir resolver o problema decorrente do Presidente da Juventude Socialista de Oeiras ter pedido bilhetes à Câmara e ter utilizado esses bilhetes para fazer militantes junto de um outro partido - esse é o problema nascente aqui. -----

-----Querer fazer um regulamento sobre uma matéria desta natureza, peço desculpa, tenho que me conter um pouco, porque a matéria não tem dignidade para ser objeto de um regulamento. -----

-----Ontem mesmo recebi dois convites, não sei se para o Portugal Fashion ou para a Moda Lisboa e estava aqui a conversar com o Senhor Presidente, eu vou colocar à sua consideração para que estes bilhetes que recebo para o Portugal Fashion ou para a Moda Lisboa sejam também incluídos nesse regulamento e objeto de regulamentação. -----

-----As visitas aos equipamentos municipais (quem pode visitar) também deve ser regulamentado quem pode ir. Os passeios da terceira idade também devem ser objeto urgente de regulamentação, tudo e mais alguma coisa deve ser regulamentada. E nós, aliás, não devíamos ter dado tanta prioridade ao RPATOR, ao Regulamento das Taxas e devíamos centrarmo-nos nestes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

assuntos da maior importância que têm a ver com os bilhetes e com a forma como alguns líderes ou um líder da Juventude Partidária do Partido Socialista, se comporta quando recebe bilhetes, isto é, utiliza-os para fazer militantes.-----

----- Senhora Presidente, naturalmente que o Município de Oeiras ou a Câmara Municipal está na disposição de elaborar normas técnicas e estudar essas normas técnicas para atribuir os bilhetes, aliás, são atribuídos nos termos da lei - sempre. Ainda agora a Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) chamou exatamente à atenção sobre esse facto, de terem sido sorteados há pouco tempo.-----

----- Agora não podem é pedir aos órgãos do Município para resolver problemas internos dos meninos malcomportados das juventudes partidárias. Isso não podem pedir, este é um problema interno da Juventude Socialista de Oeiras e da Juventude Socialista, no limite do Partido Socialista. Não é um problema do Município de Oeiras, não cabe ao Município de Oeiras começar a fazer regulamentos, cada vez que um menino malcomportado das “Jotas” assume esta posição. Este é um problema vosso não façam dele um problema nosso. Muito obrigado.”-----

3.7.5. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:----

----- “Bom, eu gostaria de deixar aqui e de sublinhar aqui duas ou três questões que consideramos que são importantes.-----

----- Uma primeira dizer, que agradeço imenso a aula de ética do Senhor Vice-Presidente, acompanhada também de uma manifestação ética do Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), e queria lembrá-lo que:-----

----- Ponto número um: não há nenhuma disposição legislativa sobre a distribuição de bilhetes... o que acabou de dizer, há aí uma falsidade e dizer-lhe também que, como sabe, o que existe (e existe), por exemplo, no Governo da República, é um código de conduta precisamente à questão de quem é que utiliza os bilhetes que lhe foram oferecidos a si para ir à Moda Fashion ... de um sítio qualquer, Lisboa, e eu que percebo que o Senhor Vice-Presidente não consiga perceber

ou não tenha a noção do que é que é a ética na política e a diferença entre aquilo que estamos aqui a propor que é a regulamentação e/ou um quadro normativo.-----

-----Depois sublinhar que também foi ambivalente na sua forma de estar. A primeira coisa que lhe apeteceu fazer foi atacar o Partido Socialista e é bom, lembrá-lo Senhor Vice-Presidente, que uma coisa é o Partido Socialista e outra coisa é a Juventude Socialista. Escusam de misturar as duas porque elas não são iguais, isso é no seu movimento em que só manda uma pessoa, são coisas diferentes.-----

-----Quando nós propomos a elaboração de um regulamento ou de um quadro normativo, estamos naturalmente a falar daquilo que o Senhor acabou por dizer no final que era de desenhar algumas linhas mestras que pudessem ajudar a clarificar a forma como se faz.-----

-----E depois dizer à Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), que nós não estamos a falar da atribuição dos bilhetes aos funcionários, está completamente equivocada, como sempre. Aliás, como sempre, quando faz qualquer tipo de comunicação e de intervenção. Nós estamos a falar dos bilhetes que são dados, por exemplo, às associações juvenis, às associações culturais e às associações desportivas. É disso que estamos a falar Senhora Deputada e é precisamente por isso, para que fique claro quem é que recebe, o quê e quando, é que deve haver um quadro normativo, um quadro que regule, um quadro que torne este ato de forma transparente. Se entendem que devem votar contra, pois, com certeza, votam contra, não temos nada contra. Muito obrigada.” --

3.7.6. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente com a sua licença.-----

-----Eu creio que a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) continua sem perceber a matéria. Não fui eu que não percebi, Senhora Deputada.-----

-----Um: código de conduta algum resolve o problema de falta de ética de terceiros. Isso é um problema deles. Deles, como já se tem visto amiúde. -----

-----Dois: tanto esta é uma questão do Partido Socialista, que Vossas Excelências pedem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que seja comunicado à Assembleia da República. O limite do absurdo, o que é que a Assembleia da República tem a ver com um problema que o menino da Juventude Socialista de Oeiras, resolveu criar ao dar bilhetes da forma como deu ou utilizar os bilhetes da forma como utilizou.

----- Depois, e para terminar, Senhora Deputada, nada disto era imprevisível, nada disto. O comportamento pouco ético da personagem não é dos bilhetes, nunca. Na falta de respeito sucessiva por este órgão e na falta de respeito sucessiva pela Presidente da Assembleia Municipal. Os insultos à Presidente da Assembleia Municipal. Os insultos ao Presidente de Câmara (eu não, que eu sou um ser menor, não tenho problemas com isso) e os vídeos truncados. Tudo isto não é de hoje e a tudo isto Vossas Excelências estavam confortáveis. Agora que vos morde... Senhora Deputada, eu oiço-a com toda a paciência, até algum fastio, agradeço-lhe a mesma condescendência.-----

----- Agora aguenta, agora... não quero dizer o que queria dizer. Agora que o menino já explanou ao limite o que é e que vos morde a vós mesmos, não queiram fazer do problema do Partido Socialista e não nos queiram dizer a todos que a Juventude Socialista não tem nada a ver com o Partido Socialista. Tem, é independente, é autónomo, tudo isso, não fizeram nada durante todo este tempo. Durante todo este tempo tudo foi permitido e aqui está o resultado.-----

----- Meus senhores, o hipócrita nasceu no palco. Cá está, depois de todos estes anos, eu só estranho e agora permitam-me que vos diga, só estranho o silêncio dos aliados. Entendo, mas estranho. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.7.7. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, só para lembrar o Senhor Vice-Presidente que nós condenámos várias vezes nesta casa e também noutros espaços, o comportamento do ex-presidente da JS, Oeiras.”-----

3.7.8. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Voto de Recomendação, a

qual foi rejeitada por maioria, com vinte e quatro votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com nove votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com cinco abstenções, sendo três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques) e duas da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 136/2023**-----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À REGULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE BILHETES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado por maioria, com vinte e quatro votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com nove votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com cinco abstenções, sendo três do Partido Social Democrata e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.7.8.1. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “O PSD absteve-se nesta proposta, porquanto o seu conteúdo pudesse ser de louvar a sua oportunidade determinaria que esta proposta fosse considerada uma proposta partidária visto ter na sua origem um Partidário. Muito obrigado.” -----

3.8. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

----- “É só para expressar aqui o ridículo desta situação. -----

----- Eu agora vou-lhes lançar outra, porque é que não apresentam uma proposta, uma recomendação para regulamentar a distribuição dos cartões do MacDonald’s. Ai não sabem. Não sabem? Do MacDonald’s? Que coisa gravíssima! A Câmara Municipal, vejam bem... há quase trinta anos, lembrei-me agora, concessionou o MacDonald’s de Santo Amaro e entre as

contrapartidas, além da renda, a McDonald's propôs conservar uma parte do Jardim e atribuir uns tantos cartões de Mac Menu, destinado a crianças desfavorecidas do Concelho. Pois é diziam que o fast food, etc., agora já é dietético. Todos os meses, a Câmara Municipal recebe esses cartões. São distribuídos. Vamos fazer uma regulamentação para ver como é que são distribuídos?-----

-----Vamos fazer uma regulamentação para os idosos que vão ao teatro? Bom, os Senhores Deputados têm a noção da diversidade de situações que são discutidas com o melhor, obviamente, propósito de dar qualidade de vida às pessoas, com a juventude. Bilhetes para o futebol. De repente, alguém manda, um clube, porque tem pouca gente no futebol, mil ou dois mil bilhetes para a Câmara. O que é que a Câmara vai fazer? Distribui os bilhetes, com certeza. Distribui como? Anuncia nas redes internas, manda para as coletividades desportivas do Concelho para eles distribuírem os bilhetes. Têm a noção do ridículo que é estar a fazer uma proposta destas de recomendação de bilhetes? Tenham paciência.-----

-----Outra coisa é a Câmara Municipal publicitar, isso sim, a quem são distribuídas essas coisas, não indicando os nomes porque agora com a Proteção de Dados, isso não é possível, mas indicar tudo bem, a quem é distribuído. Agora, regulamentar... temos que fazer muitos regulamentos. Portanto, temos que ter um bocadinho a noção do que é que tem dignidade regulamentar e o que não tem dignidade regulamentar. E, neste caso concreto, de facto, é gato escondido com o rabo de fora, eu sou mais claro ainda do que o Vice-Presidente, é gato escondido com o rabo de fora. Qual é o propósito de um regulamento que o Município vai fazer sobre a regulação da atribuição de bilhetes, qual o propósito, para comunicar à Assembleia da República? Qual o propósito? Mas o que é isto? Comunicar à Assembleia da República porquê? Muito obrigado.”-----

3.9. VOTO DE SAUDAÇÃO - DIA MUNDIAL DA SAÚDE MENTAL, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Saudação mencionado em título, que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seguir se transcreve: -----

----- “A criação do Dia Mundial da Saúde Mental partiu da iniciativa da Federação Mundial da Saúde Mental, por proposta do seu então Secretário-Geral, Richard Hunter, tendo este dia sido celebrado pela primeira vez no ano de mil novecentos e noventa e dois. Atualmente, a Organização Mundial de Saúde OMS reconhece e assinala também este dia como uma oportunidade para melhorar o conhecimento sobre a saúde mental, despertar consciências e estimular ações concretas que promovem e protegem a saúde mental de todos e todas. -----

----- A OMS define a saúde mental como "um estado de bem-estar mental que permite que as pessoas possam lidar com os fatores de stress na sua vida, concretizar o seu potencial, aprender e trabalhar bem, contribuindo para a comunidade". -----

----- A exposição a condições sociais, económicas e ambientais desfavoráveis como sejam a pobreza, violência e desigualdade são alguns fatores que incrementam o risco de as pessoas viverem algum tipo de condição de saúde mental que requeira cuidados especializados. -----

----- No presente ano, a OMS definiu o tema - a saúde mental como um direito humano universal - procurando sensibilizar para a importância do acesso generalizado aos cuidados de saúde mental isto é, todo o ser humano tem o direito aos padrões mais elevados de saúde mental o que inclui o direito a proteção a riscos que impactam a saúde mental dos indivíduos, o direito aos mais altos padrões de cuidado e o direito à liberdade, independência e inclusão na comunidade.--

----- De acordo com a OMS uma em cada oito pessoas padece de alguma condição com impacto na sua saúde mental com potenciais consequências físicas, no seu bem-estar e na forma como se relaciona com os outros. Neste seguimento, esta organização identifica também como preocupação que este tipo de condições afete um número crescente de jovens e adolescentes em todo o mundo. -----

----- No relatório World mental health report: Transforming mental health for all de dois mil e vinte e dois a OMS apela a que todos os países membro acelerem a implementação do plano

de ação dois mil e treze-dois mil e trinta focando em três áreas: -----

----- Aumentar o valor que as comunidades e entidades públicas atribuem à saúde mental, investindo nas mesmas; -----

----- Agir sobre as características físicas, sociais e económicas nas famílias, instituições de ensino e empregadores com o propósito de proteger a saúde mental e; -----

----- Fortalecer a atenção à saúde mental através de serviços de suporte acessíveis e com qualidade inclusive através de redes comunitárias. -----

----- Também a crise climática tem impacto no bem-estar psicológico das populações e, nesse âmbito, em dois mil e vinte e dois, na Conferência nas Nações Unidas Estocolmo Mais Cinquenta, a OMS apresentou um documento propondo aos governos cinco abordagens para minimizar os impactos do clima no bem-estar psicológico das populações como a inclusão de considerações sobre a crise do clima nas políticas públicas de saúde mental. -----

----- Assim, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe à Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em Sessão Extraordinária número vinte e dois, de dez de outubro de dois mil e vinte e três, que assinale através deste voto de saudação, o Dia Mundial da Saúde Mental lembrando todo um laborioso e urgente caminho que é imperativo percorrer na fruição de uma vida sem violência, essencial para o progresso social e realização plena do potencial humano. -----

----- O presente voto de saudação deve ser publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como em pelo menos um jornal de dimensão nacional.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

----- Está à vossa consideração. Alguém pretende usar da palavra sobre este Voto de Saudação. Não havendo inscrições, eu passo à votação.” -----

3.9.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Saudação, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 137/2023** -----

----- **VOTO DE SAUDAÇÃO - DIA MUNDIAL DA SAÚDE MENTAL,**

APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, assinalar o Dia Mundial da Saúde Mental relembrando todo um laborioso e urgente caminho que é imperativo percorrer na fruição de uma vida sem violência, essencial para o progresso social e realização plena do potencial humano, bem como publicar este voto de saudação no sítio da Assembleia Municipal e em, pelo menos, num jornal de dimensão nacional. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----INTERVALO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -- -----

3.10. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Vamos recomeçar os nossos trabalhos...Portanto, houve um lapso e apagaram-se ali, os tempos de intervenção. Mas eu vou dizer e cada um toma nota do seu: -----

-----O IN-OV: três minutos e cinco segundos; -----

-----O PS: cinquenta segundos; -----

-----O PSD: não tem tempo nenhum; -----

-----O Evoluir Oeiras: um minuto e trinta e dois segundos; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A CDU: vinte segundos; -----

----- A Iniciativa Liberal: não tem nada; -----

----- O Chega: um minuto e vinte e cinco segundos; -----

----- O PAN: dois minutos e cinquenta; -----

----- Os Presidentes de Junta de Freguesia: têm os cinco minutos. -----

----- A Câmara também não tem tempo. -----

----- Eu pergunto quem é que quer intervir, ainda no Período Antes da Ordem do Dia? ----

----- Dentro da limitação de tempo que aqui está.” -----

3.11. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Mas tem de contabilizar que houve Partidos que falaram mais que o tempo. Eu estive a poupar o meu minuto e vinte e cinco. Houve Partidos que ultrapassaram o tempo em um minuto e trinta e quatro, como foi o caso da Iniciativa Liberal... E, portanto, acho que não é correto agora dizer que só tenho um minuto e vinte e cinco. Se não, daqui a nada cada um...olhe, para a próxima também falo.” -----

3.12. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, o Senhor tem o seu tempo de intervenção. E o tempo de intervenção que lhe resta é: um minuto e vinte e cinco segundos. -----

----- Faça o favor de fazer a sua intervenção nesse tempo.” -----

3.13. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Começo desde já por trazer aqui dois temas que face à gravidade da situação, um deles já foi aqui abordado, mas mal, relativamente à questão dos bilhetes que foram facultados pelo Partido Socialista. Quero aqui dizer que reuni-me, a pedido da Juventude Socialista, numa reunião. Esta situação nasce a partir de um militante do Chega responsável pela Comissão da Juventude que se tornou, por obra do Espírito Santo, também membro da Juventude Socialista, ao engano, não assinou nenhum documento. Depois começaram a aparecer na concelhia de Oeiras,

vários jovens, sendo que o mais gravoso é que alguns são titulares da deficiência motora e intelectual. Todos membros da Juventude Socialista. -----

-----O ex-presidente da Juventude Socialista pediu-me desculpa. O que eu todavia dignifico porque foi homem de dar a cara e de reconhecer o seu erro. Contudo não está isento de responsabilidades. -----

-----Mais tenho aqui a dizer que entrou um procedimento criminal relativamente à suscetibilidade de três crimes, um de violação da proteção de dados, outro de abuso de confiança, e outro também suscetível de falsificação documental, uma vez que não se encontram quaisquer documentos assinados por estes jovens. -----

-----Isto é uma situação que não abona a democracia, muito mais quando falamos de jovens portadores de deficiência.-----

-----Quero aqui dizer-vos que, como Partido Chega e Presidente da concelhia de Oeiras até à próxima semana, constitui-me como assistente neste processo, que quero seguir até ao fim. Quero aqui dizer que acho lamentável não haver indicações relativamente à logística deste concurso que foi feito pela Juventude Socialista, não se sabe quem foi o júri, não se sabe a quem é que foram, digamos, facultados os bilhetes. Gostaria também de saber, da parte da Câmara, se tem conhecimento que os bilhetes dados, em mãos, à Juventude Socialista, se é prática costumeira fazerem sorteios ou serem vendidos, etc. Concordo com aquilo que, todavia, até foi mencionado pela Iniciativa Liberal, tem que haver aqui até um rigor no controlo dos bilhetes. -----

-----Contudo, é preciso aqui compreender que relativamente a esta situação, é uma situação que não admite desculpas. É uma situação grave, não dignifica a nossa Democracia, acima de tudo o próprio Juiz de Instrução Criminal também ficou estupefacto com esta situação, porque qualquer pessoa percebe perfeitamente... ninguém pode entrar num Partido Político sem assinar um documento. São uma série de jovens, já vou em quatro ou cinco, são militantes. Agora há um problema, que só se podem desvincular da Juventude do Partido Socialista... e quero aqui dizer-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vos que o Partido Socialista em termos de entidade jurídica é separada e é verdade, independentemente de ser o mesmo partido, mas temos também de falar com verdade.-----

----- Portanto, vamos aguardar esses officios. Assim que eu tiver esses officios, o Partido Chega vai mencionar.-----

----- Esta notícia está a correr tudo a nível nacional, no Expresso... Não há aqui oportunismo político de forma alguma, o que há aqui é verdade. E a realidade é esta: tem que se saber qual foi realmente o intuito de se ter colocado jovens do Bairro dos Navegantes, jovens que todavia foram induzidos em erro, num suposto sorteio de bilhetes do Nós Alive, que nunca imaginariam que pudessem ser militantes do PS, ou do Chega, ou o que quer que fosse, e que agora os seus pais reclamam justiça, e que agora temos um problema: é que para se desvincularem têm que assinar um papel na Juventude Socialista, o que não vão assinar, senão não estariam a consentir a ilegalidade.-----

----- Portanto, eu quero aqui só...”-----

3.14. A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, peço desculpa, mas olhe, o Senhor já falou três minutos...”-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

----- Com certeza... vou já terminar...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte:-----

----- “...Não foi um minuto e vinte e cinco, foi três minutos. Portanto termine, se faz favor.”

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** continuou a sua intervenção:

----- “Com certeza... Vou só terminar dizendo o seguinte: é que relativamente a esta situação, quero dizer que não tenho nada contra o ex-presidente da JS, que disse na minha reunião: “Imediatamente vou-me demitir da Juventude Socialista”, cumpriu a sua palavra. E que, todavia, deu um ato que muitos de nós não iria ter, que foi a coragem de se demitir quando cometeu o erro.”

3.15. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Aproveitando os vinte segundos que tenho, apenas colocar à Câmara Municipal uma preocupação que nos chegou a partir de municípios da zona de Linda-a-Velha, a propósito do projeto (que penso que estará ainda em apreciação) da Cidade do Padel. Um equipamento desportivo de inquestionável interesse, mas que pela sua dimensão e localização está a levantar alguma preocupação junto dos moradores. Uma zona que tem grandes dificuldades de acesso, de estacionamento, e é uma zona que não é bem servida de transportes públicos. Portanto, está a levantar alguns motivos de preocupação. -----

-----A nossa questão é: perceber junto da Câmara em que estado está esse processo, quais são as diligências que estão a ser feitas, que articulação é que haverá com o Vale do Jamor, o complexo do Estádio Nacional. Até que ponto é que este equipamento está a ser ponderado nessa envolvente e com estas condicionantes.”-----

3.16. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

-----“O calor continua em Oeiras e noutros Municípios, só que preventivamente os outros Municípios pensaram nisso e têm ainda nadadores-salvadores nas praias. Já Oeiras publica notícias dizendo e passo a citar “A época balnear está encerrada e já não há vigilância. Aposte na segurança. Bom fim de semana.” Ora isto não é aceitável e não é zelar pela segurança dos municípios e de quem nos visita. Portanto, acho que para o próximo ano podemos, preventivamente, pensar nesta situação. --- -----

-----A segunda questão: Recebemos finalmente a resposta às questões das alegadas ilegalidades em curso no Parque dos Cisnes colocadas por um município nesta Assembleia, e face às cento e doze páginas que a Câmara Municipal remeteu aos Deputados, com as respostas, que atitudes irá tomar o Senhor Presidente relativamente às situações que não estão conforme nesta obra? Como disse, irá determinar a sua demolição?-----

-----Terceira questão: Continuamos num Município obcecado com a boa comida, e como não se gasta o suficiente em almoçadas, o Executivo ainda resolveu agora contratar uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assessoria na área da Gastronomia, em regime de avença a Paulo José da Luz Amado e gastar com isto mais vinte e quatro mil euros. Não há no contrato uma linha sobre o objetivo desta assessoria, nem nos seus anexos. Pelo que pedimos explicações. -----

----- Quarta questão: Relativamente às Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e quatro gostaríamos de questionar como e quando está o Executivo a pensar envolver todas as forças políticas na elaboração das GOP do próximo ano e receber os contributos para as mesmas?-----

3.17. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “No dia vinte e oito de setembro, foi feita uma sessão de apresentação pública sobre o projeto “O Dia da Democracia”, no Auditório do Taguspark, em Oeiras, um projeto da Juventude de Oeiras, da Juventude Socialista, da Juventude Social Democrata, apoiado pelo Município de Oeiras e pela Associação SEDES.-----

----- O auditório encheu com os jovens do Concelho, contou com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa que conversou e respondeu demoradamente, às perguntas que os alunos lhe colocaram em torno da importância da Democracia. -----

----- O projeto “O Dia da Democracia”, vai além da apresentação pública, pretende agir, e sair do campo teórico. -----

----- Citando aqui Almada Negreiros: “Quando eu nasci... Já todas as palavras sobre salvar o mundo estavam escritas, só faltava uma coisa, Salvá-lo”. Portanto, é importante ressaltar que se trata de uma ideia de concretização no terreno junto dos jovens, junto dos alunos do Concelho com o propósito de promover a compreensão e a importância da participação cívica e Democrática.---

----- Sintetizando, muito rapidamente o projeto:-----

----- Ele vai acontecer nas Escolas Secundárias do concelho de Oeiras; -----

----- É ativado em cada escola, um conjunto de atividades; -----

----- No atrium das escolas de modo integrado, plural e democrático, estarão bancas informativas dos diversos Partidos Políticos, Movimentos Políticos, Associações Juvenis,

Parlamento Europeu, etc.; -----
-----Haverá uma aula sobre Democracia lecionada pelo parceiro Associação SEDES, cujo o mote serão os pilares da democracia; -----
-----Contará com um debate entre as Juventudes Partidárias; -----
-----Os jovens serão, igualmente, desafiados a deixar, as suas ideias para o Município. ---
-----Um detalhe importante: A Organização compromete-se a fazer chegar todos os contributos à Câmara Municipal de Oeiras.-----
-----A principal parceira do projeto será a Câmara Municipal de Oeiras, disponibilizando os meios necessários (técnicos, logísticos, etc.). Aliás, a este propósito foi muito interessante ouvir um dos líderes das juventudes partidárias dizer no seu discurso, e cito: “Encontrámos na Câmara Municipal de Oeiras um espaço e abertura absolutamente Democrático”, afirmação esta que foi secundada pelas restantes intervenções. -----
-----Dizer que, alimentar a Democracia é incentivar a participação e a expressão das ideias individuais e respeitar o bem comum. -----
-----Um projeto com e para a juventude, que como sabemos está avessa à participação política, mas não às políticas, é importante fazer esta distinção. A prova disso é a preocupação revelada pelos jovens, com as políticas de ensino, sustentabilidade, mobilidade, segurança, etc.--
-----A intervenção política passa por esclarecer, agir e dar o exemplo. A Democracia, não é imune a fragilidades e desafios, pelo contrário é frágil e vulnerável, daí a pertinência deste tipo de projetos. -----
-----A Democracia não é estar permanentemente em oposição numa euforia do linchamento, portanto o esclarecimento e sensibilização dos jovens é fundamental para o seu empoderamento democrático.-----
-----A literacia democrática é urgente. Todos os dias nos é servido um rodízio de verdades, meias verdades e proto verdades, por todos os meios. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Faz-se política em modo “Influencer de bijutaria barata” com intervenções que nos deixam apenas e só na periferia opinativa da verdade. -----

----- A Democracia e a liberdade são pedras preciosas.-----

----- É nossa responsabilidade de a manter sã e robusta enquanto cidadãos e agentes políticos. Não deixar janelas de oportunidade para a emergência de partidos anti democráticos. --

----- Esclarecer, sem descanso, sobre os perigos da desinformação, da xenofobia, da homofobia, da misoginia, da discriminação e de todas os ismos e populismos. -----

----- Cabe-nos a nós, e também aqui, não poluir os discursos com insultos, historietas, tiques de autoritarismo, defesas de cegueira ideológica, que apenas distraem e afastam os cidadãos da política e das políticas e com todas as consequências que isso acarreta à Democracia. -----

----- Em Democracia há e haverá, sempre uma estrada para andar. -----

----- Parabéns ao projeto, boa sorte a este Democrático projeto.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Portanto, não há mais intervenções no Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- Não sei se o Senhor Presidente pretende usar da palavra? Faz Favor” -----

3.18. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quanto à Cidade do Padel, informar que não deu ainda entrada na Câmara Municipal o projeto. Foi-nos apresentado informalmente e verbalmente um estudo prévio e, naturalmente que este projeto tem que ser uma mais-valia para o Concelho de Oeiras, o que implica também ser uma mais-valia para a população circundante. Não queremos criar um projeto (naturalmente todos os projetos têm impactos nas vizinhanças) que seja um problema para os munícipes. Aliás, temos histórico de ter impedido o desenvolvimento do projeto de Padel que conflituava com a população vizinha. --- -----

----- Naturalmente que também nesta matéria, o Complexo Desportivo do Jamor será, ou acompanhará o Município na avaliação do projeto.-----

-----Depois, sobre a questão que nos foi colocada sobre o Parque dos Cisnes: de acordo com a auditoria dos serviços, tudo o que existe ou está legal ou é suscetível de legalização, a avaliação é permanente. Como tal mantemos que, se surgir alguma questão insuscetível de ser legalizada nos termos do plano, será demolida. É o que mantemos. -----

-----Por fim, Senhora Presidente, se me permite: a assessoria na área da gastronomia. A administração, os institutos, os ministérios, contratam assessorias permanentemente. A assessoria do José Amado é na área da gastronomia, que é uma área do turismo muito importante para todos os territórios. Aliás, isto é tão normal como qualquer assessoria feita, por exemplo, no ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas). O ICNF contratou por ajuste direto a Vereadora Carla Castelo, para prestar assessoria na área da comunicação. O Município de Oeiras também contrata assessorias. Aliás, o percurso do José Amado na área da gastronomia é muito mais relevante do que na área da comunicação institucional por parte da Senhora Vereadora Carla Castelo. ---- -----

-----Portanto, não deve ser suscetível de nenhuma surpresa para ninguém.” -----

3.19. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“É muito rápido, Senhora Presidente. -----

-----Primeiro dizer ao Senhor Vice-Presidente que está desatualizado. Portanto, se se mantivesse atualizado sabia que a Vereadora Carla Castelo já não está no ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e que a assessoria não se mantém. -----

-----Segunda questão: queria aproveitar para pedir por **requerimento**, então tudo o que devia estar anexo a esta assessoria na área da gastronomia, qual é o objetivo desta avença, deste contrato. Portanto, fazer por requerimento que isso chegue a todos os deputados desta casa. Muito obrigada.” -----

3.20. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, queria apenas agradecer o facto de termos sido informados que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a Vereadora Carla Castelo já não tem um contrato de assessoria com o ICNF, mas teve um contrato de assessoria com o ICNF por ajuste direto, até há pouco tempo. Portanto, teve o contrato de assessoria, mas já não tem. -----

----- Só isso Senhora Presidente, agradecer a informação.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada faz o requerimento por escrito...?” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** respondeu o seguinte: -----

----- “Já fiz oralmente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “...Já fez? Então, fica na Ata e ser-lhe-á respondido” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 769/23 – DMEDSC/DACTPH/DTGE - relativa ao reconhecimento de isenção do pagamento de licenças por Induktor Music, Lda, promotor da digressão Henrique e Juliano Tour 2023 – Ratificação de despacho (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, lamento iniciar a minha intervenção evidenciando que estamos presentes perante mais uma proposta carregada de trapalhadas. -----

----- A primeira trapalhada assenta na data em que estamos a votar este pedido de isenção de taxas. Tem sido bastante recorrente nesta Assembleia atrasar as isenções de taxas. Isto devia ter sido ultrapassado na reunião do dia seis de setembro, o evento ocorreu no dia dois de setembro no Estádio Mário Wilson. -----

----- A seguinte trapalhada foi identificada, e bem, pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, que emitiu um parecer que alerta para o facto de existirem incongruências no nome da entidade que se pretende isentar. Algo que parece estar esclarecido, mesmo assim fica registado.-

----- Além disso, o parecer alertou também para o facto de não existir conformidade com o valor do total de encargos. De facto, a informação refere uma lista de nove tipos de apoio solicitados, relativamente aos quais foram apurados os custos no valor de sete mil e trinta e seis euros, ora, a Proposta de Deliberação refere apenas os valores das licenças. Pergunto então quem é que pagou o apoio logístico no que toca ao tratamento de resíduos e limpeza do recinto. -----

-----Finalmente, gostaria apenas de referir mais uma particularidade: estes artistas são bastante conhecidos no panorama da música brasileira e fico contente que eles tenham escolhido o Estádio Mário Wilson para dar o seu concerto, só é pena que os cartazes anunciem que o concerto é em Lisboa. Em letras grandes lê-se “Lisboa”, e depois em letra muito pequenina, a referência de que é no Estádio Municipal de Oeiras. -----

-----Interessante ver que também repetiram a proeza com a cidade do Porto, visto que o concerto no Norte foi realizado no Pavilhão Multiusos de Gondomar. -----

-----De facto, o nome das cidades pesa, é pena que assim seja. O nosso povo não é burro, nem o povo brasileiro, mas o marketing moderno é. O marketing moderno cultiva muito a falta de conhecimento. -----

-----E pronto, era só esta a nota final.” -----

-----O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

-----“Diante do exposto, é essencial que o Executivo Municipal tome sempre uma decisão crítica em relação à retificação do ato administrativo de acordo com o artigo cento e cinquenta e sete do CPA (Código do Procedimento Administrativo). A proposta em questão diz respeito ao reconhecimento de isenções do pagamento de licenças e outras, no montante (por aquilo que visualizei) de sete mil e trinta e seis zero nove euros, devido ao evento realizado em dois de setembro. No entanto, é importante destacar que a primeira Reunião de Câmara ocorreu no dia treze de setembro, não deixando tempo hábil para elaborar uma proposta de despesa que isentasse o pagamento das taxas. Portanto, a alternativa da ratificação foi considerada, e é legal conforme o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

CPA. -----

----- No entanto, há questionamentos pertinentes que merecem atenção: se o evento ocorreu em dois de setembro e a isenção de taxas foi autorizada pelo Presidente em vinte e três de agosto, porque a proposta não foi apresentada na primeira reunião após a retificação, que ocorreu em seis de setembro? Fica aqui uma lacuna por esclarecer. De quem foi a culpa? Nós pensamos que a culpa foi da Câmara. -----

----- Além disso, é necessário considerar quanto à necessidade de isenções de taxas e licenças, se não existe a preocupação quanto a um estudo prévio que avalie as contrapartidas relacionadas às isenções concedidas pela Câmara Municipal a todo o tempo, qual o fundamento real de tantas isenções?-----

----- Portanto, diante destas questões é fundamental que o Executivo Municipal tome uma decisão informada e crítica. Se o atraso na apresentação da proposta for imputável à Câmara Municipal votaremos contra, não apenas devido ao exposto, mas também devido à falta de um estudo adequado sobre as contrapartidas das isenções concedidas.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Esta proposta, setecentos e sessenta e nove de dois mil e vinte e três, de facto, tem no historial que nos foi distribuído e que é colocado nos seus anexos, algum questionamento relativamente àquilo que estamos a discutir. E, desde logo há uma questão que me parece que é preciso ficar clara nesta Assembleia, que é: por que razão, o que é que motivou, que tendo a matéria sido agendada para a reunião de seis de setembro, só veio ser aprovada, salvo erro, a vinte e nove de setembro? -----

----- E outra questão tem a ver, de facto, com o historial todo da proposta. Referem muitos valores, mas aquilo que efetivamente aqui é apresentado, e que me parece que é isso que está em causa, portanto queria que a Câmara o confirmasse taxativamente, é se estamos a falar única e exclusivamente de um valor de dois mil trezentos e quarenta e três vírgula vinte e sete euros, que

é para termos noção daquilo que está em causa com esta proposta.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Só para confirmar uma questão: Oeiras pertence ao distrito de Lisboa. -----

-----Parece que alguns dos Senhores Deputados não sabe isso, mas Oeiras é distrito de Lisboa. Foram extintos os governadores civis, mas o distrito de Lisboa ainda existe, e é vulgar aparecer a designação Oeiras-Lisboa. Quer dizer, até ao Word Trade Center lhe chamam “Word Trade Center Lisboa” não lhe chamam “Word Trade Center Oeiras”. -----

-----Quanto à proposta... na realidade a ata esclarece toda a situação. -----

-----Houve aqui um atraso devido ao facto do próprio Presidente da Câmara ter despachado o nome do evento em vez do nome do promotor. E isso deu origem a correções, é do que se trata.

-----De resto, a ata da Câmara é muito elucidativa.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** diz o seguinte: -----

-----“Portanto, posso concluir daquilo que o Senhor Presidente da Câmara aqui referiu, que efetivamente o valor que está envolvido na ratificação do ato administrativo é dois mil trezentos e quarenta e três ponto vinte e sete euros. Mas continuo a colocar a mesma questão. Suponho da leitura da documentação que, o lapso foi identificado antes da Reunião de Câmara de seis de setembro, porque é que não foi... Oh Senhor Presidente, não é assim tão indiferente, porque se não foi ratificado na primeira reunião pode ser considerado um ato nulo, portanto, é por isso que eu estou a perguntar. A questão que coloco é: se foi percecionado esse lapso em relação ao promotor e ao nome do evento, o que é que ditou que no dia seis do nove, a Câmara não tivesse ratificado o ato.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Diz a ata: “Quando a proposta estava a ser elaborada, verificou-se que a autorização do Presidente tinha sido feita numa informação cujo nome era diferente do requerente, pelo que foi necessário voltar atrás e depois não houve tempo útil para trazer à Reunião de Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seguinte.” -----

----- Foi este o lapso, na informação dos serviços tinha sido colocado o nome dos artistas e não o nome do requerente. E sendo o requerente o beneficiário, foi necessário alterar. O tempo que levou a fazer essa alteração já não deu tempo útil para levar à Reunião de Câmara, foi levada à Reunião de Câmara seguinte. Na Reunião de Câmara seguinte, foi proposto que não se votasse nessa reunião, e foi votada logo que foi entendido pelos Vereadores.” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** perguntou o seguinte: -----

----- “Na reunião seguinte foi proposta que ela não fosse levada à votação? Estamos a falar da reunião de que data?” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte: -----

----- “Seis, treze e vinte e sete.” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Ok, muito obrigado.” -----

4.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do

Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com dois votos contra, sendo um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e um do Partido Chega (Francisco José O'Neill da Silva Marques), e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e duas da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos). -----

-----O Senhor Deputado Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----**“DELIBERAÇÃO N.º 138/2023** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 769/2023 – DTGE – RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE LICENÇAS POR INDUKTOR MUSIC, LDA, PROMOTOR DA DIGRESSÃO HENRIQUE E JULIANO TOUR 2023 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e sessenta e nove barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número dezanove da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e sete de setembro, e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos contra, sendo um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Chega, e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e duas da Coligação Democrática Unitária, aprovar a ratificação do despacho de reconhecimento de isenção do pagamento das respetivas licenças (recinto improvisado e especial de ruído) por INDUKTOR Music, Limitada, promotor da digressão Henrique e Juliano Tour dois mil e vinte e três, no valor total de dois mil trezentos e quarenta e três euros e vinte e sete cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 771/23 - DMOTDU\DPERU\DRU - relativa ao Centro Histórico de Oeiras - Reimplementação de esplanadas na Rua Cândido dos Reis - Redução de Taxas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta proposta é para a implementação de esplanadas entre junho e outubro de dois mil e vinte e três, segundo consta no segundo parágrafo da proposta, e nós estamos, se não estou em erro, em outubro de dois mil e vinte e três. Quer isto dizer que por pouco, não íamos aqui aprovar uma proposta para implementar esplanadas, depois delas não só já terem sido implementadas, como também desimplementadas. -----

----- Eu, às vezes, pergunto-me... tenho de me perguntar, Senhor Presidente, se calhar é de investigar... se esta Assembleia Municipal volta e meia não é apanhada numa qualquer disrupção

do contínuo espaço-tempo, ou qualquer coisa do género. Eu não sou grande especialista em física avançada, mas eu vejo muitos sinais disto e preocupa-me um bocadinho. É que são os relatórios e contas e os orçamentos das empresas que chegam atrasadíssimo ou às vezes nem aparecem nesta Assembleia Municipal, se calhar, são sugados por um qualquer buraco negro, talvez seja mais um indício do tal paradoxo temporal em que esta Assembleia provavelmente está inserida. -----

-----As propostas das taxas, agora perigosamente, também começam a dar sinais de dessincronização com a linha temporal em que supostamente estamos. Foi a anterior, agora é esta, e volta e meia também se ouve falar muito aqui de coisas do passado que vêm um bocado a despropósito: como o Marquês de Pombal, os romanos e os gauleses, e noutras até parece que estamos no século vinte e três e que toda a gente se desloca de carro voador e de nave espacial.--

-----Eu acho mesmo que a melhor explicação para tudo isto está numa eventual distorção do contínuo espaço-tempo em que esta Assembleia às vezes parece entrar. -----

-----Mas, enfim, feito este ponto prévio, queríamos dizer que quanto à proposta em si não temos nada contra, pelo contrário, achamos que faz bem às pessoas que o espaço público tenha mais esplanadas, mais jardins, mais bancos, mais espaços de convívio e menos barulho, menos poluição e menos stress. -----

-----Todos os incentivos a isto, por muito pequenos que sejam, são bem-vindos.”-----

-----A **Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Os Centros Históricos são a menina dos olhos de vilas e cidades e, como tal devem ser tratados e acarinhados.-----

-----Sabemos que a dinamização do comércio e serviços está intimamente ligada à requalificação do espaço público e do parque edificado nos centros históricos. -----

-----Mas não há milagres enquanto não forem atalhados os problemas estruturais de fundo.

-----No troço da Rua Cândido dos Reis entre a Rua Marquês de Pombal e o Largo Avião Lusitânia, existem hoje vários restaurantes que precisam de ser acarinhados, sendo as quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esplanadas um estímulo e uma requalificação que vale por si própria. -----

----- O que está a mais, é a via continuar aberta ao trânsito. -----

----- Fica uma coisa coxa, tanto mais que os próprios automobilistas se confundem com os horários em que podem ou não podem circular na via. -----

----- A nossa pergunta é a de saber se existem estudos sobre os impactos negativos à interdição de trânsito nessa via, dado que os impactos positivos nos parecem evidentes. -----

----- Senhora Presidente -----

----- Senhor Presidente -----

----- É a previsibilidade que fideliza os comportamentos. -----

----- O Partido Socialista, assumiu no seu programa eleitoral, a mobilidade pedonal como um direito, com um destaque especial para a criação de zonas e bairros sem carros. -----

----- Não serão os pífios eventos da “Oeiras Market”, mais do mesmo, sem um pingó de novidade e diversidade, às moscas, com uma organização entregue a curiosos, que será dinamizado o comércio e serviços no Centro Histórico de Oeiras. -----

----- Sabemos e temos bem presente, o projeto para requalificação do Centro Histórico de Oeiras. -----

----- A verdade é que após seis anos da sua apresentação, não está claro o horizonte temporal para o início dessa grande obra. -----

----- O fecho desta via ao trânsito de veículos automóveis, irá possibilitar a expansão de esplanadas durante todo o ano, contribuindo para a valorização do centro histórico e para a segurança de pessoas e bens. -----

----- Começar por uma política de pequenos passos, é a proposta aqui deixada pelo Partido Socialista. Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** referiu o seguinte: -----

----- “Eu estou um pouco sem... seguindo ali um bocadinho o raciocínio do Senhor

Deputado Tomás Pereira (EO), o que é que nós estamos exatamente votar? Estamos a votar a redução das taxas referentes ao período em que as esplanadas já lá estiveram instaladas e, entretanto, foram retiradas ou estamos a votar uma futura isenção face à ocupação? É que, segundo eu percebo, estas esplanadas, pagam uma taxa que, já agora, gostava que o Executivo me confirmasse, se é mensal, se é trimestral ou se é anual. Portanto, o que é que nós estamos aqui a votar exatamente? Se o Executivo puder esclarecer... é porque a proposta que nos é apresentada fala num determinado período de tempo que já passou. Essas taxas foram pagas pelos proprietários e estamos agora a querer reembolsá-los em cinquenta por cento ou não foram pagas de todo? Isto para se perceber exatamente o que é que está aqui em causa. Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais alguém quer usar da palavra?-----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)**, provavelmente quer que vamos ler a proposta.” - -----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** respondeu dizendo o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, ler a proposta eu consigo fazer, muito obrigada, assim, como já o fiz.-----

-----O Executivo não tem de responder a coisas que não estão na proposta? Nomeadamente: -----

-----Os privados aqui referidos, os estabelecimentos, já pagaram as taxas ou não? -----

-----Vamos reembolsar metade das taxas ou eles não pagaram as taxas de todo e ainda vamos aplicar esse valor respeitante aos meses que já passaram e que estiveram ocupados?-----

-----Isto é para o que já aconteceu ou é para o futuro? -----

-----Isto porque estamos a falar de coisas que estamos a votar referentes a períodos de três e seis meses atrás. Portanto, exige-se algum esclarecimento. -----

-----Mas, muito obrigada pela disponibilidade em me lerem a proposta. Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, quer esclarecer a Senhora Deputada?”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Senhora Presidente, a proposta é claríssima. A proposta é claríssima, desculpe, é ler a proposta, é de julho a outubro, cinquenta por cento da isenção. Naturalmente que as taxas são pagas de acordo com o Regulamento.-----

----- Naturalmente que, já agora, não é preciso também um estudo de impacto ambiental para verificar os impactos negativos do tráfego no Centro Histórico de Oeiras. Os impactos são mesmo negativos e, portanto, a Câmara Municipal há vários anos que pretende encerrar ao tráfego aquela via. Acontece que, não foi ainda encerrada, porque estamos a negociar com a Direção-Geral do Património Cultural, a possibilidade de uma alternativa viária na zona da Quinta do Marquês, que ainda não se chegou a nenhum acordo. Portanto, enquanto isso não acontecer, não é possível a Câmara Municipal encerrar o tráfego naquela zona, porque caso contrário ficamos sem transportes coletivos, sem transporte público numa zona significativa da localidade, mas é um assunto que está a ser estudado. Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, só para esclarecer.-----

----- Quando eu falei em estudos de impacto, se havia impactos negativos relativamente a fechar a via, não falei em impacto ambiental, porque ambiental são altamente positivos, não é? Claro, pronto, exatamente...”-----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** disse o seguinte:-----

----- “Houve uma pergunta que eu fiz que ficou por esclarecer.-----

----- Estas taxas, segundo o próprio Regulamento diz que são pagas mensalmente. Elas já foram pagas ou não, por parte dos donos dos estabelecimentos?”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, eu tenho que perguntar ao Departamento Financeiro. Sei lá agora se foram pagas ou não. Faz cada pergunta. Neste momento, tenha paciência, neste momento, não lhe posso responder se foram pagas ou não, tem que se perguntar ao Departamento Financeiro. Acha que o Presidente da Câmara está agora em cima de tudo? Tenho muito mais do que fazer, chego de manhã e vou perguntar: Já pagaram as taxas? Os serviços ... isto é, como quando as coisas vêm aqui à Assembleia Municipal, obviamente que há propostas que demoram mais tempo do que outras porque os serviços demoram mais tempo do que deviam, eventualmente porque têm outras coisas mais prioritárias e, portanto, há sempre uma razão. As pessoas trabalham, as prioridades surgem todos os dias. Todos os dias, nos serviços da Câmara surgem prioridades e, portanto, é natural que uma situação que não tem muita urgência que seja deixada ficar para trás. Portanto, quando as coisas vêm aqui à Assembleia Municipal é exatamente quando os serviços realmente reuniram as condições para que efetivamente possam ser apreciadas, quer pela Câmara quer pela Assembleia.-----

-----Agora o que se propõe aqui é cinquenta por cento de redução. Provavelmente, ainda não pagaram, é natural que a seguir à Assembleia Municipal paguem os cinquenta por cento. Isto estará em “stand by” e até porque a relação com os comerciantes, neste caso... nós isentamos... a Câmara Municipal fomenta a instalação de esplanadas, é um objetivo. A Câmara Municipal até oferece o mobiliário das esplanadas. Há circunstâncias em que os comerciantes não querem modernizar-se porque queixam-se que não há rentabilidade, etc. e a Câmara Municipal para poder ter, por exemplo, toldos sem publicidade, cadeiras um bocadinho mais confortáveis em vez de ser as da Sagres e outras coisas, portanto, há uma relação muito próxima entre a Câmara e os comerciantes e é natural que se diga: “montem lá a esplanada (há esta relação e tem que haver, não pode ser de outra forma) e vamos ver como é”. Há cinquenta por cento de redução e depois logo se vê como é que pagam, quando é que a Assembleia Municipal aprova, quando não aprova.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Portanto, há uma relação também de proximidade e confiança, mal seria se não houvesse e é assim que isto funciona. Se já pagaram ou não? Não faço ideia, mas posso responder na próxima Assembleia Municipal.”-----

4.2.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria

Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão). -----

-----O Senhor Deputado Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 139/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 771/2023 – DRU – CENTRO HISTÓRICO DE OEIRAS – REIMPLEMENTAÇÃO DE ESPLANADAS NA RUA CÂNDIDO DOS REIS – REDUÇÃO DE TAXAS** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e setenta e um barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número vinte e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e sete de setembro, e deliberou por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal, aprovar o pedido de redução de cinquenta por cento do valor da taxa de ocupação da via pública, com esplanada para os quatro estabelecimentos de restauração e bebidas, sitos neste troço da Rua Cândido dos Reis, inseridos no Núcleo de Formação Histórica de Oeiras, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ata.” -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 799/23 - DMOGAH\DHM\DCH - relativa à Empreitada 67/DPCHM/2022 - Requalificação do Espaço Público do Bairro dos Navegadores - Fase II - Porto Salvo - Aprovação de Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----- O Senhor Deputado David Ferreira (EO) disse o seguinte: -----

----- “Ora entre o novo aeroporto da Área Metropolitana de Lisboa e as obras do Bairro dos Navegadores não sei qual deles será concluído primeiro. Porém, é um assunto que o Grupo Político Evoluir Oeiras traz a esta Assembleia com regularidade e hoje peço a palavra, mais uma vez, para deixar a nossa nota de indignação com o tratamento que foi dado aos moradores do Bairro dos Navegadores. -----

----- São dois anos de espera com obras paradas à porta de sua casa. Pelo meio já houve quem se magoasse seriamente nos troços pedonais e escadas que durante demasiados dias permaneceram sem qualquer tipo de intervenção. A culpa, lá está, segundo o Executivo, ainda deve ser do tal empreiteiro que faliu em dezembro de dois mil e vinte e um e que por esta altura já deve ter arranjado outro negócio, noutra área qualquer que não envolva a requalificação do espaço público. --- -----

----- De resto, todas as semanas nesta casa, somos presenteados com uma quantidade absurda de obras inauguradas pelo Senhor Presidente, arruamentos, ciclovias, obeliscos e muitos outros projetos. Já para os moradores do Bairro dos Navegadores, talvez seja preciso esperar pelas eleições autárquicas de dois mil e vinte e cinco para ver a conclusão das obras no bairro.”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção: -

----- “A nossa votação será favorável e vou responder em termos técnicos.-----

----- Primeiro: face à concessão do visto ao contrato, sujeito a fiscalização prévia.-----

----- Segundo: tendo aludida a entidade fiscalizada, que em termos de procedimentos

futuros irá cumprir estritamente as posições do artigo cento e trinta e nove do Código dos Contratos Públicos e princípios da proporcionalidade e outros.-----

-----Terceiro: a evitar sempre que possível o uso de termos vagos e indeterminados na definição dos atributos relacionados com a execução dos contratos em processos de concordância, conforme o estipulado no artigo três do citado artigo. -----

-----Quarto: ao recomendar-se à entidade que identifique os pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e execução do contrato nas peças do procedimento.-----

-----Portanto, estão reunidas juntamente com o artigo trinta e seis do CCP e número cinco e, portanto, iremos votar favoravelmente, está acautelado. Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Não há mais inscrições. Senhor Presidente faça o favor.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

-----“Esta proposta como todas as outras que estão a seguir, são propostas claríssimas. São reprogramações financeiras motivadas por uma razão ou por outra. Nuns casos até se antecipa o prazo de início das obras, noutros casos decorrem da lei. -----

-----Bom, no que respeita ao Bairro dos Navegadores, eu fico muito sensibilizado por esta preocupação de alguns partidos relativamente a este bairro. Isto porque, são os mesmos que votam contra a habitação pública. E devo dizer que é interessante, não repararam na satisfação dos moradores do Bairro dos Navegadores que têm o bairro todo recuperado. Os prédios do Bairro dos Navegadores foram já todos recuperados e estão lindíssimos. Mas é interessante, não reparam, pelos vistos vão lá e não veem. A Câmara Municipal, como sabem, tem um programa de setenta e sete milhões de euros para recuperação, setenta e sete milhões ouviram bem, de todos os nossos bairros, todos eles, o Bairro dos Navegadores já foi, falta só o espaço exterior que está em curso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- De maneira que espero, naturalmente, daqui a um ano, provavelmente estar lá a inaugurar tudo aquilo. Tenho sempre um prazer enorme não só quando entrego a chave, mas também quando faço inaugurações. Enfim, fico surpreendido como é que alguns dos senhores deputados não comparecem naquelas inaugurações para usufruírem da satisfação que os moradores têm quando lhes são entregues esse tipo de equipamentos. Portanto, neste caso, relembro: prédios todos recuperados, todos pintados e agora estão a fazer-se os arranjos exteriores.

----- Mais uma vez não percebo esta insistência de quando é que fica pronto, quando todos sabem e os moradores também sabem, que a obra foi adjudicada, que o empreiteiro foi à falência, foi-se embora e tivemos que abrir um novo concurso. Portanto, isto são vicissitudes das obras, dos procedimentos e, naturalmente que não foi a Câmara Municipal que quis castigar os moradores dizendo: “Bom agora não vamos fazer a obra”. A obra está-se a fazer, está em curso. Agora, nós não podemos deixar de seguir os procedimentos adequados à realização deste tipo de trabalhos. -

----- Aliás está, de resto, em fase de projeto, julgo está muito próximo do fim, uma nova sede para a associação de moradores. Não só para a associação de moradores, mas um centro comunitário, visto que aquele que está lá é pequeno, só tem rés-do-chão e vai ter rés-do-chão e primeiro andar. Portanto, são benefícios e em breve irá entrar em obras o recinto desportivo, o polidesportivo também, a Escola Pedro Álvares Cabral e a respetiva creche, é um brinquinho, é um equipamento extraordinário, muito bem conservado, muito bem recuperado. Portanto, quer dizer, estamos a falar de um bairro que agora com o arranque da programação de habitação em Talaíde ficará plenamente integrado na malha urbana.”-----

4.3.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha

da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -- -----

-----O Senhor Deputado Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 140/2023**-----

PROPOSTA C.M.O N.º 799/2023 – DCH – EMPREITADA 67/DPCHM/2022 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DOS NAVEGADORES – FASE II – PORTO SALVO – APROVAÇÃO DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ---

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e noventa e nove barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte sete de setembro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar o cronograma financeiro da empreitada, com reprogramação da sua distribuição plurianual financeira nos seguintes termos: -----

----- (Valores sem IVA)-----

----- Ano dois mil e vinte e três - duzentos e noventa e um mil quinhentos e vinte e nove euros e sessenta e quatro centimos.-----

----- Ano dois mil e vinte e quatro - novecentos e trinta e cinco mil e cem euros e oitenta centimos. - -----

----- Ano dois mil e vinte e cinco - três mil e oitenta euros. -----

----- (Valores com IVA) -----

----- Ano dois mil e vinte e três - trezentos e nove mil vinte e um euros e quarenta e dois centimos. - -----

----- Ano dois mil e vinte e quatro - novecentos e noventa e um mil duzentos e seis euros e oitenta e cinco centimos. -----

----- Ano dois mil e vinte e cinco - três mil duzentos e sessenta e quatro euros e oitenta cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 800/23 - DMOGAH\DHMDCH - relativa ao Proc. N.º 27/DCH/2023 - "PRR - Requalificação Arquitetónica do Bairro do Pombal - Rua Tomé de Barros Queirós n.º 1, 3, 5, 7, 9 e 50 da Av. Rio de Janeiro, Bairro do Pombal, Oeiras” - Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-

-----“A nossa votação relativamente a esta proposta será contra, apenas devido à dificuldade de leitura do conteúdo do Plano de Trabalhos ajustado e à omissão de alguns dados no contrato de obras número seis, seis, seis barra dois mil e vinte e três. Alguns dados estão ocultados a preto, não sendo a primeira vez, não havendo aqui a proteção de dados, o que viola o artigo cento e cinquenta e dois e seguintes do Código do Procedimento Administrativo em relação à divulgação do gestor do procedimento, o que é uma prática reiterada em muitos contratos apresentada neste Executivo. Portanto, iremos votar contra só por causa disto. Disse.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, está tapada a preto porque a lei diz que tape a preto. Podia-se ter tapado a verde ou vermelho, a cor é indiferente. Está tapado, por acaso está a preto, mas podia ser outra cor qualquer, porque a lei diz que tem que ser tapado, é a proteção de dados.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com um voto contra do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques). -----

----- O Senhor Deputado Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 141/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 800/2023 – DCH – PROC.º. N.º 27/DCH/2023 – “PRR –
REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA DO BAIRRO DO POMBAL – RUA TOMÉ DE
BARROS QUEIRÓS N.ºS 1, 3, 5, 7, 9 E 50 DA AV. RIO DE JANEIRO, BAIRRO DO
POMBAL, OEIRAS – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número cinquenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e sete de setembro, e deliberou por maioria, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Chega, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação e compromisso, e libertação de fundos, de acordo com o cronograma financeiro da obra e presente reprogramação, substituindo-se a programação financeira anteriormente aprovada através da proposta de deliberação de Câmara número setecentos e vinte e um, de dois mil e vinte e três, de seis de setembro, pela seguinte, com IVA incluído à taxa legal de seis por cento: -----

-----Dois mil e vinte e três - cento e trinta e dois mil cem euros e trinta e três cêntimos.---

-----Dois mil e vinte e quatro - quinhentos e noventa e dois mil setecentos e noventa e sete euros e noventa e quatro cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ata.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 801/23 - DMOGAH\DHM\DCH - relativa ao Proc. N.º 11/DCH/2023 - Requalificação dos Edifícios da Rua Abel Fontoura da Costa, n.ºs 2 e 4, do Bairro Moinho das Rolas, Porto Salvo - Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora bem, aqui está uma daquelas propostas que o copy/cola deu chatice, porque a verdade é que copiam o teor da oitocentos para a oitocentos e um e depois vêm dizer que: “Tendo o processo concursal decorrido em todas as suas fases de forma célere, havendo possibilidade e capacidade de antecipação de execução da obra, veio o empreiteiro apresentar o cronograma financeiro para início de obra, em outubro de vinte e três, verificando-se a necessidade da reprogramação financeira com a seguinte distribuição.” -----

----- Acontece, Senhor Vereador, Senhor Presidente que, neste caso, há um adiamento do começo da obra e não a antecipação e tanto assim é que a reprogramação financeira passa de em dois mil e vinte e três de quatrocentos e quatro mil euros para cento e noventa e um. -----

----- Neste caso da proposta oitocentos e um não há antecipação nenhuma. Há uma reprogramação, porque não houve celeridade nenhuma, ou a Câmara ou o empreiteiro veio dizer que não tinha condições de executar tanta a obra como inicialmente estava prevista. Eu percebo que o Senhor Presidente venha dizer assim: “Não é a Assembleia Municipal que precisa de assessoria jurídica, é mesmo a Câmara”, se calhar é mesmo a Câmara que precisa, porque este é um exemplo, de facto, de uma proposta que está mal feita, foi um copy-cola e permitam-me a expressão “nenhum de Vossas Excelências leu, antes de a votar”. Muito obrigado.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte: -----

----- “Eu também não posso deixar de sublinhar o mesmo que o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) apanhou aqui. Nós detetámos o mesmo na proposta e Senhor Presidente, isto é mais uma

pista de disrupção no contínuo espaço-tempo que é: a Câmara diz que tem condições para antecipar uma obra e, ao mesmo tempo, retira-lhes verba do primeiro ano em que pode adiando-a para o futuro. Portanto, há condições para fazer a obra mais rápida, mais depressa e, ao mesmo tempo desorçamentamos. -----

-----Senhor Presidente, eu estou a ficar assustado, porque os finais de disrupção, neste contínuo espaço de tempo são cada vez mais, ou isso é mais uma trapalhada da Câmara ou uma outra... sim, copy/past é a outra opção também tem razão Senhor Deputado. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Os valores estão corretos, é uma reformulação, é uma reprogramação financeira, o facto de se referir antecipação ou não referir é absolutamente irrelevante para o caso e vocês sabem isso muito bem. Portanto, tudo bem, podem dizer que..., mas na realidade, no essencial, eu acho que o que é importante é que estamos perante uma reprogramação financeira e, sobretudo o que é importante aqui é o seguinte:-----

-----Trabalhos, empreitada, logradouro do Bairro dos Navegadores. -----

-----Requalificação dos edifícios no Bairro do Pombal. -----

-----Requalificação dos edifícios no Moinho das Rolas.-----

-----Estão a perguntar para onde vão os setenta milhões. O que significa que nos próximos anos e já hoje é assim, eu desafio qualquer um a mostrar-me no território da Área Metropolitana de Lisboa, edifícios de habitação pública que tenham a qualidade dos de Oeiras e mesmo antes de se degradarem já estão a ser, muitos deles, devidamente recuperados. Portanto, isso é que é importante e o que estamos aqui a apreciar, é, justamente, a recuperação de todos esses prédios e, de resto, a proposta é clara, o haver nuances lexicais é uma coisa, mas o que está aqui em causa é a aprovação de uma reprogramação financeira.”-----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “É apenas para denunciar mais uma tentativa do Senhor Presidente passar um pano em mais uma trapalhada da Câmara, eu até diria de barato, se isto não fosse, recorrente. Okay erros, acontecem, lapsos acontecem, mas isto é recorrente, em todas as reuniões há uma trapalhada destas ou duas ou três ou vinte e isto... lamento imenso, Senhor Presidente, mas isto não é irrelevante. Não basta passar um pano por cima disto e dizer: “Isto são os senhores deputados que estão a emburrar”. Não, nós estamos a fazer o nosso trabalho e aparentemente a Câmara não está a fazer bem o seu. Portanto, isto tem de ser dito por nós, não é irrelevante e fazemos questão de dizer isto. Não posso deixar de dizer, Senhor Presidente, há bocado ofereceu-se para ler a proposta a um dos deputados desta Assembleia Municipal, talvez seja de estender o mesmo convite ao Senhor Presidente da Câmara e aos senhores vereadores. Muito obrigado.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** disse o seguinte:-----

----- “Eu só queria registar que a fundamentação do Senhor Presidente é tão esfarrapada que ele próprio se riu do que disse. Muito obrigado.”-----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim

dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e João Manuel d' Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----**“DELIBERAÇÃO N.º 142/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 801/2023 – DCH – PROC.º. N.º. 11/DCH/2023 –
REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA RUA ABEL FONTOURA DA COSTA, N.ºS 2
E 4, DO BAIRRO MOINHO DAS ROLAS, PORTO SALVO – REPROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e um barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número cinquenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e sete de setembro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação e compromisso, e libertação de fundos, de acordo com o cronograma financeiro da obra e presente reprogramação, substituindo-se a programação financeira anteriormente aprovada através da Proposta de Deliberação número setecentos e vinte e três, de dois mil e vinte e três, de seis de setembro, pela seguinte, com IVA incluído à taxa legal de seis por cento: -----

-----Dois mil e vinte e três - cento e noventa e um mil cento e trinta e nove euros e vinte cêntimos; - -----

-----Dois mil e vinte e quatro - quinhentos e quatro mil setecentos e dezanove euros, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 811/23 - DMOTDU\DPERU\DRU relativa ao Proc.º 28/DRU/2021 - Reformulação do Campo de Futebol da Laje - Reprogramação financeira (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.6.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha

da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, João Manuel d' Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 143/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 811/2023 – DRU – PROC.º. 28/DRU/2021 –**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

REFORMULAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DA LAJE – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e onze barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número sessenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e sete de setembro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a reprogramação financeira da empreitada vinte e oito/DRU/dois mil e vinte e um - Reformulação do Campo de Futebol da Laje nos termos seguintes: -----

-----Para dois mil e vinte e três - um milhão cento e quarenta mil quinhentos e vinte e um euros e oitenta e sete cêntimos, mais IVA. -----

-----Para dois mil e vinte e quatro - novecentos e setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e três euros e setenta e quatro cêntimos, mais IVA., conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.7. Apreciação da Proposta CMO N.º 837/23 - DMAG\DFP\DP relativa à Adjudicação definitiva da alienação em hasta pública de lote de terreno para construção na Estrada de Paço de Arcos (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras através da Vereadora Independente Carla Castelo eleita pela Coligação Evoluir Oeiras solicitou que esta proposta oitocentos e trinta e sete referente à adjudicação definitiva da alienação em hasta pública de lote de terreno para construção, na Estrada de Paço de Arcos - Paço de Arcos que corresponde à Ex CNP, viesse aqui para conhecimento desta Assembleia. -----

-----Ficam assim os deputados a saber quem adquiriu o terreno e que o fez pelo valor mínimo na primeira licitação da hasta pública que decorreu no passado dia dezanove de setembro\

-----Como também já referi aqui tive oportunidade de estar presente numa outra hasta pública para a venda do mesmo terreno e que ocorreu anteriormente e que tinha ficado deserta por não ter havido qualquer proposta. Nessa data alertei os funcionários da Câmara que estavam a proceder para uma incorreção, de imediato me deram razão, mas que inexplicavelmente volta a detetar-se nesta hasta pública e passo a explicar: -----

-----Diz-nos a ata desta hasta pública que “Aos dezanove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e trinta, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Oeiras, reuniu o júri nomeado pela Câmara Municipal de Oeiras, para a hasta pública com vista à venda de um lote de terreno para construção correspondente ao Edital quatrocentos e sete de dois mil e vinte e três, aprovada na sequência da deliberação da Câmara quinhentos e trinta para dois mil e vinte e três e duzentos e vinte de dois mil e vinte e três, de catorze de junho de dois mil e vinte e dois e vinte e dois do três de dois mil e vinte e três.” E volta a referir mais abaixo “Assim, em conformidade com a deliberação de Câmara, foi decidido pelo júri que o lote de terreno devia ser vendido à proposta mais elevada no valor de dois (deveria querer dizer “doze”) milhões e seiscentos e noventa mil euros”.-----

-----Senhor Presidente, quem tem competências para autorizar vendas de terrenos Municipais é a Assembleia Municipal, não é a Câmara Municipal e é por isso que as propostas aqui vêm. Tendo sido alertados durante a leitura da ata na hasta pública anterior porque é que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

erro se mantém? -----

----- Se todas as atas de Hastas Públicas Municipais estão redigidas desta forma estão todas incorretas porque as deliberações que lá deviam constar são as da Assembleia Municipal, não as da Câmara ou quanto muito estariam lá as duas, cuja deliberação não tem legitimidade suficientemente para autorizar Hastas Públicas.-----

----- Esta situação deve ser corrigida e deve ser tida em consideração daqui em diante. Muito obrigada. Espero ter sido suficientemente clara, mas se não fui estou disponível ainda tenho tempo.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mas alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhor Presidente pretende usar da palavra?” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu dizendo o seguinte: -----

----- “Não foi colocada nenhuma questão.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Pronto, muito bem. Isto também não tem votação, é só uma apreciação, está feita a apreciação e com isto chegamos ao fim da Ordem do Dia.”-----

----- **APRECIADA**-----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5.1. O Senhor António Vitorino Rego, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu venho falar muito rapidamente sobre um tema que já foi exposto aqui e também em Assembleia de Freguesia, sobre a segurança na esplanada do Mercado de Algés. Isto porque está numa posição que se considera ilegal, porque tem um passeio com cerca de um metro de largura, o que obriga a que as pessoas quando se cruzam, tenham que ir para a estrada e não é uma estrada qualquer. É a estrada que era a antiga rotunda, portanto, com trânsito intensíssimo de ligeiros e pesados e, por aí fora.”-----

-----A própria esplanada está em perigo iminente de um dia um carro se despistar e matar ali uma série de gente.-----

-----Eu trago este assunto que já foi aqui levantado nesta Assembleia e já foi levantado na Assembleia de Freguesia e, portanto, parece que estão bem referenciados os responsáveis no caso de haver algum desastre, mortes ou ferimentos graves. Estão referenciados os responsáveis porque já foram alertados várias vezes.-----

-----Outro assunto é o seguinte: -----

-----No dia dois de maio de dois mil e vinte e três, mandei um e-mail, por indicação do Senhor Ednilson dos Santos, da Câmara Municipal de Oeiras (acho que até está presente) e foi-me solicitado que entrasse em contacto com ele para a marcação de uma reunião com técnicos da Câmara Municipal de Oeiras para avaliar o perigo que eventualmente existe na Quinta de Santo António, fruto do desabamento de terras provocadas pelas últimas inundações e determinar as causas que potenciaram isto. -----

-----Também essa reunião serviria para avaliar os efeitos nefastos de alteração e impermeabilização do Quintalão. Atendendo, como compreendo, que é um assunto que tem que ser visto no local (porque queriam que eu fosse à Câmara fazer essa reunião e eu acho que não devia ir por questões práticas) sob pena da reunião vir a ser uma perda de tempo para todos os intervenientes. “Sugiro que marquem um dia e hora para nos encontrarmos no Jardim Quinta de Santo António, ficando ao vosso dispor. Apresento os meus cumprimentos” e até à data, não houve resposta nenhuma que, para além de ser uma má educação, parece-me que é evidente que não querem enfrentar as realidades que eu aponto e que iria apontar no terreno, para estas questões.--

-----Também queria, relativamente ao Parque de Santo António, lembrar que há uma porta, uma “porta de pessoa”, uma porta que nós nas obras chamamos “de homem”, a qual não dá acesso nem a carrinhos de bebé, nem a cadeiras de rodas e onde muita gente parte lá a cabeça e é uma coisa que se resolvia com dois ou três mil euros, pôr aquilo tudo à mesma cota. É engraçado, como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

é uma obra de baixo preço não se faz, mas, entretanto, leio no jornal “O Sol”, numa declaração da Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Oeiras, Joana Baptista sobre o título de “Oeiras a Lisboa novo projeto quer acabar com o caos da ACinco. Eu chamo a atenção que o caos da ACinco é provocado muito naturalmente, pelo aumento de moradores no Concelho, nomeadamente na zona de Oeiras até porque a autoestrada ACinco percorre todo o Concelho de Oeiras. Portanto, a ACinco é fundamentalmente para servir o Concelho de Oeiras e está lá desde o tempo do Doutor Oliveira Salazar.-----

----- Quando foi feito o alargamento da autoestrada, eu pensava que o alargamento da autoestrada era para fazer uma terceira via, ou pelo menos uma via que, em determinadas horas, como se faz, aliás, pela Europa fora, pela Europa civilizada, uma via para transportes públicos, pelo menos dentro de umas determinadas horas. Acontece que, ao fim de trinta anos, ao contrário do que diz a Senhora Vereadora Joana Baptista que fala aqui na criação de um corredor Bus na ACinco, realmente, não é preciso gastar quinhentos milhões de euros para fazer, ela está lá só a por umas placas a dizer: “das sete às nove, aqui não passam carros, passam só autocarros e das cinco da tarde às sete da tarde”, portanto, durante duas horas de manhã e duas horas da tarde e está lá é só a gastar dinheiro nas placas. Não é preciso quinhentos milhões de euros, para fazer como a Senhora diz: a criação de um corredor Bus.-----

----- Acho que não é preciso estar a fazer contas. Um autocarro, por exemplo, aquele que eu uso, mas pode-se aplicar a outros autocarros que vêm da zona do Estádio Nacional, o quarenta e oito. Este autocarro demora um quarto de hora de Miraflores ao Marquês de Pombal. Um quarto de hora e às vezes dez minutos quando não há trânsito, quando pode circular livremente. Hoje de manhã, por exemplo, eu andei nele e demorou cinquenta minutos, quase uma hora. O que é que acontece: se nós fizermos essa terceira via como a Senhora Vereadora diz, ela está feita, não é fizemos, está feita, um autocarro faz quatro viagens, agora só faz uma viagem, portanto, isto chama-se produtividade. Um autocarro pode transportar, em média oitenta pessoas, ou seja, pode

transportar trezentas e vinte pessoas numa hora em vez de transportarem oitenta pessoas numa hora. Portanto, é tão simples como isso.-----

-----Já agora só chamar à atenção, porque esqueci-me de dizer que no parque de Santo António (já chamei à atenção também na Assembleia de Freguesia) as luzes do parque estão acesas de acordo com o horário de inverno todo o ano. Eu já disse, eu não sei quem é que paga, mas nós pagamos aquela luz, com certeza, portanto, não percebo, como é que não há horários diferenciados de inverno para verão. Pronto, é mais uma questão que eu ponho. Muito obrigado pela vossa atenção.” -- -----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Muito obrigado. Chegámos ao fim dos nossos trabalhos. Uma boa noite para todos.

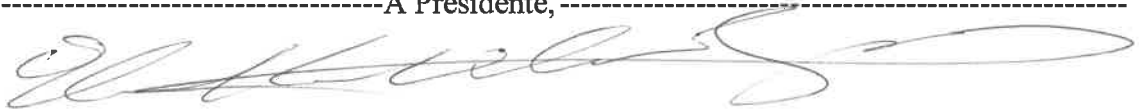
-----O Senhor Presidente pretende... muito obrigado pela vossa presença e agradeço também a quem nos acompanhou em suas casas. Muito boa noite.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezoito horas e quarenta minutos.

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----



-----O Primeiro Secretário,-----



-----O Segundo Secretário,-----

